

Rafael Câmara de Melo

ENTRE QUERER E PODER:

Ideologia e comportamento no legislativo brasileiro



Atena
Editora
Ano 2023

Rafael Câmara de Melo

ENTRE QUERER E PODER:

Ideologia e comportamento no legislativo brasileiro



Atena
Editora
Ano 2023

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Bruno Oliveira

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2023 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2023 Os autores

Copyright da edição © 2023 Atena

Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena

Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo do texto e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva do autor, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos ao autor, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade de Coimbra

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
 Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
 Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
 Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
 Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
 Prof^ª Dr^ª Caroline Mari de Oliveira Galina – Universidade do Estado de Mato Grosso
 Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
 Prof^ª Dr^ª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
 Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
 Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
 Prof^ª Dr^ª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
 Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
 Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
 Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
 Prof^ª Dr^ª Geuciane Felipe Guerim Fernandes – Universidade Estadual de Londrina
 Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
 Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
 Prof^ª Dr^ª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
 Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
 Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
 Prof. Dr. Jodeyson Islony de Lima Sobrinho – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
 Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
 Prof^ª Dr^ª Juliana Abonizio – Universidade Federal de Mato Grosso
 Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
 Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
 Prof^ª Dr^ª Kátia Farias Antero – Faculdade Maurício de Nassau
 Prof^ª Dr^ª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
 Prof^ª Dr^ª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
 Prof^ª Dr^ª Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
 Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
 Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
 Prof^ª Dr^ª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
 Prof^ª Dr^ª Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande
 Prof^ª Dr^ª Marcela Mary José da Silva – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
 Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
 Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campina
 sProf^ª Dr^ª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
 Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
 Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás
 Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
 Prof^ª Dr^ª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 aProf^ª Dr^ª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
 Prof^ª Dr^ª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
 Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
 Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
 Prof^ª Dr^ª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
 Prof^ª Dr^ª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Federal da Bahia / Universidade de Coimbra
 Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
 Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Entre querer e poder: ideologia e comportamento no legislativo brasileiro

Diagramação: Letícia Alves Vitral
Correção: Flávia Roberta Barão
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: O autor
Autor: Rafael Câmara de Melo

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

M528 Melo, Rafael Câmara de
 Entre querer e poder: ideologia e comportamento no legislativo brasileiro / Rafael Câmara de Melo. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2023.

Formato: PDF
 Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
 Modo de acesso: World Wide Web
 Inclui bibliografia
 ISBN 978-65-258-1039-3
 DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.393232202>

1. Brasil. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados.
 2. Poder legislativo - Brasil. I. Melo, Rafael Câmara de. II. Título.

CDD 328.81

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora
 Ponta Grossa – Paraná – Brasil
 Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DO AUTOR

O autor desta obra: 1. Atesta não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao conteúdo publicado; 2. Declara que participou ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certifica que o texto publicado está completamente isento de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirma a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhece ter informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autoriza a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código Penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

AGRADECIMENTOS

Aos amigos, colegas e instituições que, de alguma forma, ajudaram a concretizar o presente livro.

É de conhecimento dos cientistas políticos que as crenças, atitudes e opiniões dos representantes do Parlamento são um fator determinante para a qualidade de uma democracia (Dahl, 1971,1989). Parlamentares são atores políticos relevantes os quais recebem da sociedade a tarefa de participar diretamente dos processos políticos. Segundo Robert Dahl, o bom desempenho das democracias guarda íntima relação com as atitudes e opiniões desta elite de indivíduos, uma vez que estes possuem uma maior capacidade de interferir nos processos políticos.

Nos últimos anos, principalmente a partir da implantação do projeto Elite Parlamentares na América Latina (PELA), vários estudiosos têm se debruçado sobre as visões e percepções dos parlamentares (Alcántara e Luna, 2004; Rodriguez, 2006; Dias, 2006; Luna e Altman, 2011; Melo e Câmara 2012; Puigi e Cué, 2006), estes estudos têm sido cruciais para captar e analisar a percepção dos deputados a respeito de seu papel legislativo, bem como suas crenças e atitudes. Ademais, estes estudos mostram-se importantes para mapear as preferências parlamentares sobre diversos temas dentro de um mesmo país (Rodriguez, 2006; Melo e Câmara 2012), ou comparar diversos países em relação à apenas uma questão específica, por exemplo, autopoicionamento ideológico dos deputados (Puigi e Cué, 2006).

Todavia, ainda são raros os estudos que buscam estabelecer ligações diretas entre os achados sobre as percepções políticas dos deputados e seu comportamento dentro da arena legislativa. Isto é, há poucos estudos sobre as relações entre o que pensam e o que fazem os deputados. Para que se possa avançar nesse sentido, uma discussão fundamental trata das questões da ideologia e comportamento dos partidos brasileiros. O livro pretende demonstrar como os dois fenômenos são claramente distinguíveis, tanto do ponto de vista conceitual quanto empírico, e salientar como a incorreta compreensão desta distinção prejudica a compreensão da lógica de atuação parlamentar dos congressistas brasileiros.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
AS PREFERÊNCIAS POLÍTICAS DOS PARTIDOS E COALIZÕES NA CÂMARA DOS DEPUTADOS	9
O COMPORTAMENTO DOS PARTIDOS E COALIZÕES NA CÂMARA DOS DEPUTADOS: ANALISANDO AS VOTAÇÕES NOMINAIS.....	27
CONCLUSÃO	38
BIBLIOGRAFIA	39
SOBRE O AUTOR.....	44

INTRODUÇÃO

Este livro discute as questões da coesão e da disciplina na Câmara dos Deputados. Pretende-se demonstrar como os dois fenômenos são claramente distinguíveis tanto do ponto de vista conceitual quanto empírico e salientar como a incorreta compreensão desta distinção prejudica a compreensão da dinâmica de funcionamento do presidencialismo de coalizão no Brasil. Para desenvolver este argumento, a estratégia de análise será contrastar a distribuição de preferências dos deputados medidas através de pesquisas de surveys com as o posicionamento dos partidos nas votações nominais¹. A análise da variação desses dois indicadores no tempo revela como as preferências (ideologia) dos partidos se mantém mais estáveis durante o tempo, enquanto o alinhamento dos partidos nas votações muda rapidamente uma vez que se alterem as coalizões de governo.

A correta mensuração e interpretação dos fenômenos da coesão e da disciplina partidária é a chave para a compreensão de que o parlamentar brasileiro (ou boa parte deles) exerce sua atividade dividido entre aquilo que prefere e aquilo que pode fazer dados os constrangimentos institucionais. De maneira semelhante, alguns partidos optam por fazer parte da coalizão de governo mesmo que ideologicamente não se situem próximos ao partido do Presidente. Assim, a distinção entre ideologia e comportamento se mostra essencial para compreender a lógica de atuação parlamentar no Brasil e, por conseguinte, o funcionamento de partidos e coalizões no presidencialismo de coalizão.

O livro está dividido em três capítulos, o primeiro deles coloca em tela a discussão em torno da lógica de atuação parlamentar no Congresso Nacional e busca elucidar o papel central da análise do voto disciplinado nesse debate. O segundo aborda a questão da dispersão das preferências políticas dos partidos e das coalizões na Câmara dos Deputados entre os anos de 1995 e 2014. Estas preferências são mensuradas através da análise de cinco ondas do projeto Brazilian Legislative Surveys capitaneado por Timothy Power. O terceiro capítulo analisa a distribuição espacial das votações dos deputados na Câmara dos Deputados tendo como base os dados das votações nominais coletados no próprio site da Câmara dos Deputados.

1. Votação em que é possível identificar os votantes e seus respectivos votos, Opõe-se à votação simbólica, na qual não há registro individual de votos.

A LÓGICA DA AÇÃO CONGRESSUAL NO BRASIL

Desde a redemocratização, o diagnóstico sobre o funcionamento do presidencialismo brasileiro, bem como o papel desempenhado pelos partidos no processo legislativo, vem sendo motivo de caloroso debate acadêmico. De um lado, há um grupo de autores que possuem uma visão bastante negativa de nossos partidos e do próprio sistema de governo (Ames 2001; Lamounier, 1994; Mainwaring 1993, 2001; Samuels, 2003), segundo a qual, nossos partidos seriam frágeis e inconsistentes, incapazes de coordenar a ação de seus membros os quais buscariam políticas particularistas para seus redutos eleitorais. Nessa visão, para aprovar proposições legislativas, o Executivo seria obrigado a negociar com um número alto de atores com poder de veto, fato que reduziria dramaticamente a capacidade governativa do Executivo. Em contraste, há uma visão mais positiva de nossos partidos, segundo a qual o comportamento dos parlamentares dentro do Congresso Nacional não seria indicativo de fraqueza ou fragmentação de nosso sistema partidário, ao contrário os parlamentares brasileiros se comportariam de forma disciplinada de acordo com a indicação de seus respectivos líderes partidários (Amorim Neto e Santos, 2002; Amorim Neto; 2002; Amorim Neto, Cox e McCubbins, 2003; Figueiredo e Limongi, 1995, 1996, 1999, 2007, Freitas 2013, 2014). Segundo essa visão, os governos seriam construídos em bases partidárias e haveria pouco espaço para a barganha individual de atores políticos.

Em grande parte, essa controvérsia pode ser explicada a partir dos fatores que os acadêmicos de cada grupo consideram como primordiais para a explicação do comportamento parlamentar. Os autores que compartilham a visão negativa sobre nossos partidos buscam sustentar que o comportamento dos partidos dentro do legislativo é, em grande medida, resultado de incentivos advindos da arena eleitoral. Mais precisamente, as regras eleitorais incentivariam os legisladores a desenvolver relações personalistas e individualistas com suas bases eleitorais, praticamente sem a mediação dos partidos políticos. Da mesma forma, estas regras orientariam as relações entre os legisladores e o Executivo, o qual seria forçado a negociar individualmente com os parlamentares, uma vez que estes não seriam leais aos próprios partidos.

Por sua vez, o segundo grupo de autores, dotados de uma visão mais positiva sobre o a atuação dos partidos brasileiros no Congresso, considera que não existe uma conexão tão forte entre os incentivos vindos da arena eleitoral e o comportamento dos parlamentares. Ao contrário, para esses autores, o comportamento legislativo é fundamentalmente influenciado pelas restrições impostas pelas regras e pelos procedimentos centralizadores presentes na arena legislativa. Tais constrangimentos institucionais colocariam os partidos políticos em vantagem sobre os legisladores individuais, induzindo os parlamentares a

recorrerem às lideranças partidárias para superarem problemas de ação coletiva inerentes ao processo legislativo.

Ademais, estes autores chamam atenção para as prerrogativas constitucionais do Executivo para propor leis e controlar o ritmo do processo legislativo, controlando fortemente a agenda do Congresso. As regras do processo decisório permitiriam ao Executivo e aos líderes partidários uma ação conjunta capaz de organizar o apoio sistemático de uma coalizão dominante dentro do Congresso, de maneira que o governo funcionaria quase como se houvesse fusão de poderes entre Executivo e Legislativo.

A origem dessa controvérsia pode ser remetida à produção acadêmica que se insere no escopo das teorias neo institucionalistas as quais têm buscado desvendar a lógica da atuação parlamentar no âmbito do processo legislativo. Duas vertentes principais, inseridas nesse campo, apresentam explicações concorrentes para esse fenômeno, quais sejam: a corrente distributivista e a corrente partidária.

A primeira delas tem seu enfoque centrado na ambição eleitoral dos congressistas. Nela, a ação dos legisladores é analisada levando-se em conta, como principal objetivo, a busca pela reeleição. Ademais, o modelo distributivista supõe que há uma conexão eleitoral que se dá entre parlamentares e eleitores, sem que os partidos tenham papel relevante na organização do processo legislativo e das preferências dos eleitores ou congressistas (Mayhew 1974; Shepsle 1978).

Segundo essa visão, orientados pela ambição e, conseqüentemente, pela lógica eleitoral, os legisladores teriam preferências estritas por políticas que podem ser classificadas como distributivistas. Este tipo de política geraria concomitantemente: i) benefícios concentrados e facilmente reconhecidos pelo eleitorado, ii) custos dispersos e dificilmente identificados pela população. De acordo com a lógica distributivista, garantir a aprovação desse tipo de política significaria conquistar a aprovação do eleitorado.

Para os autores dessa corrente, uma vez que os recursos públicos são escassos e as demandas diversas, instala-se uma disputa na qual cada legislador tenta aprovar o maior número de projetos em favor de seu eleitorado. Dessa forma, cabe perguntar: como é possível a estabilidade e, no limite, a própria tomada de decisões nesse contexto conflituoso? Os estudiosos da vertente distributivista buscam responder a essa questão observando como as instituições podem permitir que os parlamentares contemplem sua clientela.

A resposta desses autores é que a necessidade da aprovação das propostas legislativas pela maioria dos parlamentares gera incentivos para que eles cooperem entre si. Esse processo cria um mercado político cuja moeda é o voto, no qual um parlamentar A

apoia a proposição de interesse de um parlamentar B desde que o parlamentar B retribua o apoio quando chegar o momento de se votar uma proposição de interesse do parlamentar A. Para o modelo distributivista, esta lógica de troca de apoios seria organizada dentro do sistema de comissões que teria a capacidades de organizar e assegurar estabilidade ao processo legislativo, garantindo o cumprimento dos acordos e diminuindo os custos das barganhas entre os parlamentares.

O modelo partidário, por sua vez, busca explicar as origens da estabilidade das decisões legislativas tendo como foco, para além dos incentivos eleitorais que os parlamentares recebem, os partidos políticos e a organização interna do Congresso. De acordo com Cox e McCubbins (1993), o processo legislativo no Congresso norte-americano, incluindo-se aqui o sistema de comissões, é orientado e conduzido pelos partidos políticos. Ou seja, o modelo partidário, diferentemente do modelo distributivista, argumenta que as comissões não são autônomas e independentes dos partidos.

Esses partidos atuam como uma espécie de cartel legislativo que controla as regras que estruturam a atividade legislativa. Ainda conforme Cox e McCubbins, o comportamento legislativo orientado pelos partidos políticos predomina em detrimento do comportamento legislativo individual dos deputados graças às regras e procedimentos centralizadores da arena legislativa. Essas regras e procedimentos centralizadores possibilitam aos partidos resolverem problemas de ação coletiva dentro do Congresso, fomentando um comportamento cooperativo e garantindo uma estrutura institucional para a escolha de políticas.

A abordagem partidária destaca a força e importância dos partidos políticos e apresenta, no caso norte americano, elementos institucionais que fomentam a ação coordenada pelos partidos. Esses elementos são: o líder da maioria, a Comissão de Resoluções e o *speaker* (que corresponde ao presidente da Câmara dos Deputados no Brasil). Essas três instâncias tem prerrogativa para definir quais projetos serão apreciados prioritariamente. Tal prerrogativa é de extrema relevância em um contexto no qual as proposições oriundas das comissões não são automaticamente apreciadas pelo plenário e sem a utilização dessas estratégias possivelmente nunca seriam votadas. Dessa forma, contrariando os argumentos distributivistas, as comissões não possuem total controle sobre o processo legislativo. Para além de identificar a existência e a importância do líder da maioria, da Comissão de Resoluções e do *speaker*, Cox e McCubbins (1993) avançam ao identificá-los como agentes dos partidos políticos. Esses são instrumentos fundamentais para que os partidos possam organizar o processo decisório no Congresso.

Conforme a exposição acima, pode-se perceber que o modelo distributivista e o modelo partidário têm no cerne de sua explicação sobre o comportamento parlamentar

perspectivas muito diferentes. Enquanto o primeiro enfoca os incentivos eleitorais e o comportamento de orientação clientelista e individualista dos parlamentares, o segundo centra sua argumentação na ação dos partidos dentro das casas legislativas e nas regras da organização interna das casas que permitem essa ação. Apesar das divergências entre essas abordagens, ambas foram incorporadas nas análises desenvolvidas sobre o sistema político brasileiro. Como não poderia deixar de ser, a escolha de arcabouços teórico-analíticos divergentes gerou conclusões conflitantes a respeito do funcionamento do arranjo político nacional.

Alguns trabalhos vinculados à vertente distributivista que datam do período de transição de regimes autoritários para democráticos e tiveram como objeto o presidencialismo na América Latina e especialmente no Brasil apresentam um diagnóstico descrente na possibilidade da conformação de governos eficazes e estáveis (Linz, 1994). Nesta visão, a combinação de independência entre os poderes Executivo e Legislativo, federalismo, representação proporcional e o decorrente multipartidarismo é identificada como causadora direta da ineficácia do governo, podendo levar à paralisia decisória e consequentemente à ruptura do governo (Mainwaring, 1993).

Para além desse aspecto, na visão baseada na conexão eleitoral, as regras eleitorais induziriam o comportamento individualista dos parlamentares e a uma organização frouxa dos partidos políticos. O sistema de representação proporcional de lista aberta, pela ótica distributivista, incentiva os vínculos pessoais entre o legislador e sua clientela eleitoral e induz ao comportamento parlamentar individualista, clientelista e prejudicial à função de coordenação política dos partidos (Ames, 2001; Mainwaring, 1997; 2001). Os autores argumentam que devido à pluralidade partidária – facilitada pela lei que regula a criação de partidos e fomentada pelas eleições proporcionais –, os candidatos não têm muita dificuldade em conseguir acesso a alguma lista eleitoral, de modo que o monopólio partidário da representação, por si, não se reverte em grande poder dos partidos sobre seus membros. Destarte, os congressistas ficariam livres para buscar políticas particularistas, cujos custos seriam difusos para a sociedade e os benefícios concentrados em determinado reduto eleitoral.

Em suma, na visão desses autores (Ames: 2001, Linz: 1994, Mainwaring: 1993, 1997, 2001;), a combinação institucional do presidencialismo “à brasileira” resulta num padrão decisório indesejável, porque dá excessivo poder de veto às minorias, fragmenta demais o poder político e incentiva estratégias centrífugas, levando à competição entre forças políticas que, para o bem do governo, deveriam cooperar. De acordo com essa perspectiva, os partidos políticos, no Brasil não tem condições de organizar o conflito político e coordenar a ação dos atores no processo legislativo.

Com isso, as expectativas quanto ao resultado do jogo político não poderiam ser piores: irracionalidade alocativa, processos de governo truncados, entraves constantes e, em casos extremos, colapso do regime. O Executivo, por sua vez, é descrito como um ator com pouca possibilidade de aprovar sua agenda diante de um Congresso praticamente ingovernável composto por parlamentares sedentos por beneficiar suas bases eleitorais mesmo que ao custo de prejudicar a maioria da população.

Se, por um lado, as interpretações do sistema político brasileiro de cunho distributivista apresentam um diagnóstico pessimista sobre o processo de tomada de decisões legislativas no país, por outro, os estudos que tem como referência o modelo partidário sugerem que é possível uma ação coordenada pelos partidos e que gere políticas públicas que não sejam estritamente clientelistas e distributivistas. Entre os estudos brasileiros embasados nessa segunda vertente se destaca a produção de Figueiredo e Limongi (1995, 1996, 1999, 2007). Os trabalhos desses autores, com enfoque partidário, apresentaram uma estrutura de incentivos e constrangimentos que orientam os parlamentares diferente daquela proposta pelos estudos distributivistas e que possibilitou uma nova interpretação do papel dos partidos políticos no Congresso brasileiro.

Os trabalhos de Figueiredo e Limongi puseram em xeque a visão dos partidos brasileiros como fracos e indisciplinados que outrora encontrava diversos adeptos na literatura. A partir de então, vários autores vêm argumentando, amparados por dados empíricos sobre a produção de leis no Congresso Nacional, que os partidos políticos são os atores decisivos no interior do processo legislativo e dispõem de mecanismos capazes de promover a disciplina parlamentar.

“Em um sistema multipartidário onde o governo de coalizão majoritário é o padrão dominante, instituições dotando o presidente e os líderes partidários de poderes de agenda podem servir como instrumento para facilitar a coordenação entre membros da coalizão e aumentar a cooperação com o Executivo. Um processo de decisório centralizado transfere o ‘poder de propor’ ao Executivo. O regimento do congresso dá aos líderes partidários um amplo controle sobre o processo legislativo, fazendo com que as ações conjuntas do Executivo e dos líderes de coalizão do governo sejam não apenas possíveis, mas efetivas”. (Figueiredo e Limongi, 2007: 148)

Dessa forma, na visão desses autores, tornam-se viáveis os acordos políticos em favor do governo. Isto porque, as prerrogativas constitucionais conservadas pelo Executivo pós redemocratização, bem como o poder regimental atribuído aos líderes de bancada, fornecem os incentivos e constrangimentos necessários para alcançar altos níveis de disciplina partidária.

Não é exagerado dizer que, a partir dos trabalhos de Figueiredo e Limongi, houve uma reconfiguração do campo de estudos sobre as relações entre Executivo e Legislativo

no Brasil. O trabalho desses autores rapidamente converteu-se na tese dominante sobre o funcionamento do presidencialismo de coalizão brasileiro. A partir de então, ocorreu na análise do caso brasileiro, o deslocamento do foco analítico para os incentivos institucionais indutores da cooperação entre os Poderes Executivo e Legislativo, algo que contribuiu para desvelar, ainda que parcialmente, o padrão e a dinâmica da interação entre os atores nessas arenas. Os traços institucionais do sistema de governo, principalmente a distribuição de poderes e de direitos legislativos entre os Poderes, passaram a ser percebidos como os princípios organizadores do presidencialismo de coalizão e do sucesso legislativo do Presidente.

Em grande medida, essa rápida mudança de paradigma deveu-se ao fato de os principais diagnósticos anteriores partirem das insuficiências identificadas nas legislações eleitoral e partidária e deixarem de lado a demonstração empírica daquilo que postulavam, ou seja, o comportamento individualista do deputado. Nas palavras de Figueiredo e Limongi “A inferência, tida por tranquila e óbvia, não resistiu à prova dos fatos” (1999:93). Por outro lado, o modelo proposto por estes dois autores tem-se mostrado extremamente sólido ao resistir às sucessivas críticas e tentativas de refinamento feitas por trabalhos posteriores, de maneira que a explicação original publicada primeiramente em meados da década de 1990 permanece praticamente inalterada até os dias de hoje.

Todavia, como se procurará demonstrar a seguir, o fato de trabalhos empíricos subseqüentes terem confirmado a maioria dos achados de Figueiredo e Limongi, não implica a ausência de problemas com os indicadores empíricos apresentados por estes autores. O diagnóstico de Figueiredo e Limongi baseia-se fundamentalmente em três indicadores: A disciplina partidária, o sucesso legislativo e a dominância do Executivo. Grosso modo, a dominância denota que o Executivo é estabelece a agenda para o Poder Legislativo, a disciplina significa que uma coalizão montada em bases partidárias irá funcionar no sentido de votar disciplinadamente em plenário para aprovar as proposições do Executivo¹ e o sucesso indica que o Executivo efetivamente aprova aquilo que propõe.

Dessa forma, o comportamento dos parlamentares nas votações em plenário tem papel fundamental na explicação sobre as relações entre os poderes Executivo e Legislativo no Brasil. Vários são os autores que afirmam que os parlamentares brasileiros se comportam de forma disciplinada de acordo com a indicação de seus respectivos líderes partidários (Amorim Neto e Santos, 2002; Amorim Neto, 2002; Amorim Neto, Cox e McCubbins, 2003; Figueiredo e Limongi, 1995, 1996, 1999, 2007; Freitas, 2013, 2014). Segundo essa visão, os governos seriam construídos em bases partidárias e haveria

1. O trabalho de Inácio (2006) é particularmente competente em demonstrar que como a disciplina partidária se converte em apoio às proposições do Executivo.

pouco espaço para a barganha individual de atores políticos. Em alguns trabalhos, (Freitas, 2013,2014) chega-se mesmo a afirmar que do ponto de vista de uma teoria das coalizões, os partidos podem ser tomados como atores unitários. Os altos índices obtidos pela fórmula de Rice², seriam a principal evidência do comportamento disciplinado dos parlamentares no Congresso Nacional.

O presente trabalho não pretende questionar a força dos partidos para impor disciplina a seus membros em plenário, mas questionar em que medida se pode tomar essa força como mostra de coesão. Antes, porém, é preciso estabelecer que coesão diz respeito à similaridade de preferências (ou proximidade ideológica) entre os membros de um determinado partido ou coalizão, enquanto disciplina é definida como a capacidade que o partido tem para controlar os votos de seus membros em um parlamento (Tsebelis, 1995). Essa distinção é frequentemente ignorada por parte importante da literatura sobre presidencialismo de coalizão no Brasil, a qual insiste no ponto de que os partidos brasileiros não são apenas disciplinados como também coesos, tendo como evidência disso os resultados de votações nominais na Câmara dos Deputados.

Os capítulos II e III buscam demonstrar a importância da distinção mencionada e como a incorreta compreensão desta diferença prejudica a compreensão da lógica de atuação parlamentar dos congressistas brasileiros.

2. Formalmente, este indicador é definido como: $RICE_{ij} = | \% \text{ sim}_{ij} - \% \text{ não}_{ij} |$ para o grupo i na votação j , em que não são considerados os membros do grupo que não deram votos "sim" ou votos "não". Dessa forma, as proporções de votos favoráveis ou contrários baseiam-se apenas nos que votaram ou "sim" ou "não" e, portanto, totalizam um. O escore RICE pode variar de zero, se houver um número igual dos que votaram "sim" e votaram "não", a 1, se todos os que votaram derem o mesmo voto.

AS PREFERÊNCIAS POLÍTICAS DOS PARTIDOS E COALIZÕES NA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Este capítulo aborda a questão da dispersão das preferências políticas dos partidos e das coalizões na Câmara dos Deputados entre os anos de 1995 e 2014. Estas preferências são mensuradas através da análise de cinco ondas do projeto *Brazilian Legislative Surveys* capitaneado por Timothy Power. Vários são os autores que tem se debruçado sobre a questão da distribuição de preferências políticas na Câmara dos Deputados (Power e Zucco 2011; Zucco, 2012; Lucas e Samuels, 2011; Melo e Câmara, 2012). Estes estudos oferecem uma boa base de comparação para a análise aqui realizada, mas nem por isso a tornam está última dispensável.

Timothy Power e Cesar Zucco (2011) afirmam ser possível distinguir de forma clara os principais partidos brasileiros e mostram que este ordenamento se manteve constante a despeito das mudanças que o país passou em duas décadas. Os autores sustentam suas conclusões com base nos dados do *Brazilian Legislative Surveys* entre 1990 e 2009. A partir dessa base de dados, Power e Zucco constroem as estimativas sobre o posicionamento ideológico dos partidos com base em perguntas diretas sobre ideologia feitas ao deputado. Isto é, pede-se ao parlamentar para que posicione a si mesmo, ao seu partido e aos demais partidos na escala ideológica, e a partir daí se obtém o indicador do posicionamento dos partidos e dos deputados.

Embora os resultados sejam muito interessantes e até certo ponto impressionantes, o problema desse tipo de análise é que pode não haver grande correspondência entre a forma pela qual os deputados classificam os partidos na escala ideológica e o posicionamento dos parlamentares com relação a *issues* específicos. Este ponto já foi apontado por Luna e Altman (2011) e será levado em consideração no presente livro, na qual se buscará extrair a dimensão ideológica dos deputados a partir de seu posicionamento em relação a diversos *issues* relevantes sua atuação parlamentar.

Outro trabalho importante sobre o tema é o de Lucas e Samuels (2011), que utiliza também os dados do projeto *Brazilian Legislative Surveys* com intuito de desvendar o posicionamento ideológico dos partidos brasileiros entre 1990 e 2009. Diferentemente de Power e Zucco, os autores buscam utilizar também perguntas sobre questões substantivas (entre outras) para obter o posicionamento ideológico dos partidos, todavia, há duas razões para não utilizar os dados obtidos na presente livro. A primeira é que os dados não contemplam todo o período de tempo do período que aqui se pretende analisar e a segunda é que os autores utilizaram um procedimento questionável na escolha das questões usadas para a geração de seu indicador de posicionamento ideológico dos partidos. Com relação a

este último ponto, os autores fizeram uso de todas as perguntas que haviam sido realizadas em todas as ondas do *survey* até a data do estudo. Ocorre, porém, que os *surveys* utilizados tem um enfoque grande sobre questões procedimentais relativas à organização legislativa, bem como sobre o partidarismo dos deputados¹, com tantas questões sobre o mesmo tema, é muito provável que a medida de ideologia criada pelos autores acabe sendo influenciada por um tema específico, enquanto as opiniões sobre outros temas relevantes (como intervenção do Estado na economia, para a qual só há uma pergunta), acabem tendo uma importância muito reduzida.

Neste capítulo, serão utilizados os dados do *Brazilian Legislative Surveys* para investigar a distribuição espacial das preferências dos partidos brasileiros entre 1995-2014, para isso foram selecionadas quatro questões presentes em todas as ondas da pesquisa, as quais representam *issues* relevantes para a atuação dos parlamentares. São elas:

- Na sua opinião, que tipo de sistema econômico seria mais adequado para o Brasil? (1) Pura Economia de Mercado; (2) Distribuição equitativa entre as responsabilidades entre as empresas estatais e as empresas privadas; (3) Setor estatal dominante em relação ao setor privado; (4) Estado Controlando totalmente a economia.
- O Sr. é a favor ou contra à inclusão de um dispositivo que assegure às Forças Armadas o direito de intervenção para garantir a ordem interna?
- Quando há um conflito entre as necessidades da sua região e as posições partidárias, o Sr. vota, a maioria das vezes: com o partido, de acordo com as necessidades da região, ou divide as votações pela metade?
- O Sr. É favorável ao sistema de representação proporcional, ao sistema distrital majoritário ou ao sistema misto (proporcional para uma parte das cadeiras e distrital---majoritário para as restantes)?

Os resultados das respostas dos deputados à essas questões foram analisados a partir da do método *blackbox* (Armstrong *et al*, 2014), utilizando o pacote *basic space* (Poole *et al*, 2016) no programa *R*. Este método permite identificar eventuais dimensões latentes por trás das atitudes dos respondentes de *surveys*.

O Gráfico 1 representa as coordenadas espaciais dos deputados pertencentes aos quatro principais partidos da Câmara dos Deputados para a Legislatura 1995-1998. Os dados fazem parte da terceira onda do *Brazilian Legislative Surveys*. Uma vez que seria impossível distinguir visualmente todos os partidos presentes no *survey*² em único

1. Por Exemplo, há perguntas sobre: (1) um deputado deve perder o mandato se mudar de partido, (2) se um deputado deve perder o mandato se não votar com o partido, (3) se o deputado deve votar de acordo com sua crença pessoal ou com o partido, (4) se o partido deve fechar questões em votação ou não, (5) se o deputado deve votar de acordo com seu partido ou com os eleitores de sua região.

2. Para a legislatura e questão, o *survey* obteve respostas de deputados do PDT, PCdoB, PSB, PPS, PT, PTB, PL, PMDB, PSDB, PFL, PPB.

gráfico, optou-se por “plotar” no gráfico 1 apenas as coordenadas espaciais referentes aos deputados dos 4 maiores partidos. Não obstante, para o calcula dessas coordenadas, foram levadas em contas as respostas dos deputados de todos os partidos inclusos na pesquisa.

Um primeiro dado ao qual se pode recorrer com intuito de compreender a distribuição espacial dos deputados é o percentual da variância total das respostas é explicado por cada dimensão. No caso do presente gráfico, A dimensão 1 explica 65,6% da variância total enquanto a segunda dimensão é responsável por explicar mais 14,7% da variância³. Isso significa dizer que existe claramente uma dimensão dominante desses dados. Em casos como esse, deve-se ser cauteloso ao interpretar os resultados da segunda dimensão, uma vez que é mais provável que a mesma esteja apenas captando algum ruído estatístico sem um significado substantivo claro.

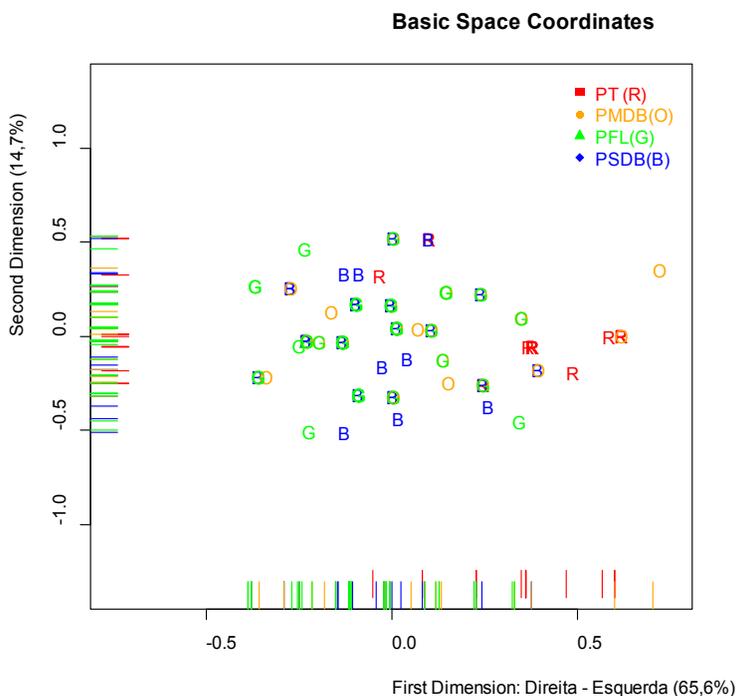


Gráfico 1 – Coordenadas Espaciais dos Deputados do PT, PSDB, PMDB, DEM na Câmara dos Deputados (1995-1998).

Com relação ao posicionamento dos deputados na primeira dimensão, pode-se observar como os deputados do PT ocuparam em sua maioria a porção direita do espaço enquanto os deputados do PFL foram os que se posicionaram mais à esquerda.

3. Novamente, embora o tenha se optado pela distinção visual de apenas quatro partidos no Gráfico 1, para o cálculo do total de variância explicada por cada dimensão foram levadas em consideração as respostas dos deputados de todos os partidos presentes no survey.

Todavia, a presença de muitos deputados sobrepostos dificulta a observação precisa do posicionamento de cada partido, para facilitar essa interpretação, o melhor é recorrer a um gráfico do histograma das coordenadas espaciais de cada um dos partidos sobre a dimensão principal revelada pelo Gráfico 1. Doravante, essas coordenadas serão chamadas de *score* ideológico.

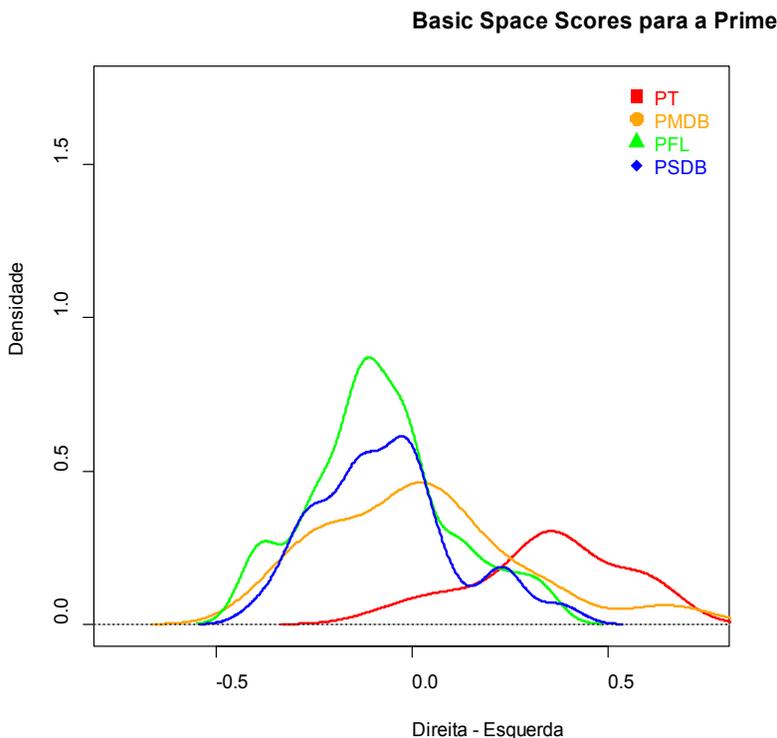


Gráfico 2 – Histogramas dos Scores Ideológicos do PT, PSDB, PMDB, DEM na Câmara dos Deputados (1995-1998).

O Gráfico 2 representa o histograma do *score* ideológico dos parlamentares de PT, PSDB, PFL e PMDB, obtidas a partir dos *scores* que os deputados obtiveram na primeira dimensão. A observação dessas distribuições nos permite distinguir com mais clareza a dispersão dos deputados de cada partido sobre a dimensão que explica a maior parte da variância de suas respostas. Pela leitura do gráfico, pode-se perceber que o PT é o partido que apresenta um conjunto de preferências mais afastado em relação aos demais, posicionado bem à direita do gráfico. Em contraste, está o PFL, que apresenta um pico de preferências do lado esquerdo do espaço. Por sua vez, o PSDB encontra-se próximo ao PFL, porém tem a distribuição menos concentrada na porção esquerda do espaço. Por fim, o PMDB é o partido mais disperso e também aquele que ocupa mais a porção central do espaço.

Cabe observar, no entanto, que a função *blackbox* não requer nenhum comando que dê um significado substantivo a suas dimensões ou às posições dos respondentes dentro do espaço dimensional. Isto é, não há uma correspondência intrínseca do lado direito do espaço representado a – por exemplo – o lado direito do espectro ideológico, ou ao pertencimento à coalizão de governo.

Não obstante, a observação atenta dos Gráficos 1 e 2, em conjunto com a análise dos demais gráficos do período 1995-2014, permitirá afirmar com convicção que a dimensão principal que explica opiniões dos deputados brasileiros é a dimensão ideológica, sobre a qual os partidos se distribuem a partir do eixo esquerda-direita. Esse ponto será demonstrado no decorrer do capítulo e tem como fundamento principal a estabilidade do posicionamento dos partidos mesmo com as mudanças de governo e coalizão.

Antes disso, porém, é interessante ter uma visão mais geral do posicionamento dos deputados no período. Indo além dos quatro partidos já analisados, podemos observar o histograma do *score* ideológico dos partidos pertencentes à coalizão de governo no período em relação aos demais. O Gráfico 3 apresenta esses histogramas, dessa vez, a visualização contempla não apenas os dados referentes aos deputados dos quatro partidos principais, mas de todos os deputados incluídos no *survey*.

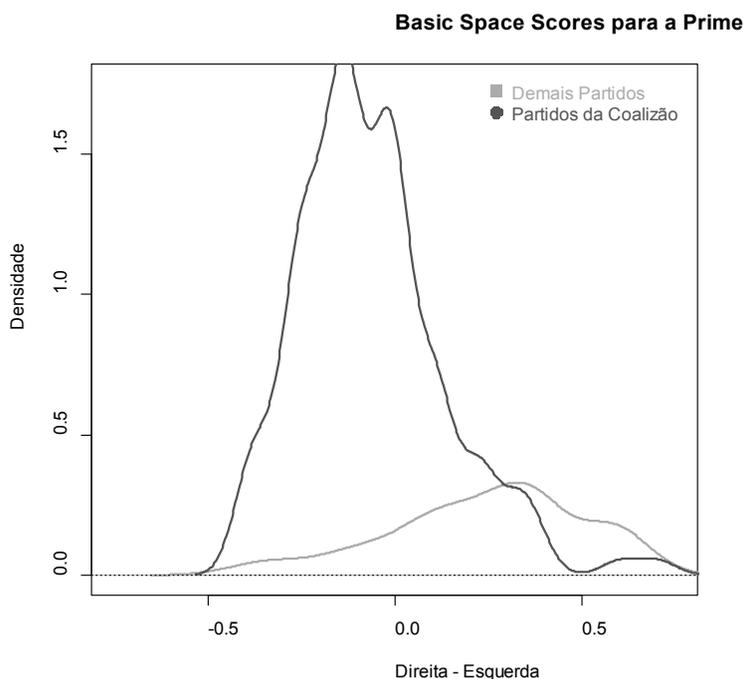


Gráfico 3 – Histograma dos Scores Ideológicos dos Partidos da Coalizão de Governo e dos Demais Partidos na Câmara dos Deputados (1995-1998).

O ponto que mais chama atenção no Gráfico 3 é o baixo grau de dispersão que os partidos da coalizão apresentam. Se a interpretação aqui proposta está correta, isto significa que dizer que se trata de uma coalizão de ideologicamente próxima. Conforme será demonstrado adiante, este tipo de coalizão pode ter sido um padrão nos governos do Presidente Fernando Henrique Cardozo, mas está longe de poder ser considerada uma regra entre as coalizões do Brasil entre 1995 e 2014.

Para melhor compreender os dados do Gráfico 3, é importante ter em mente informações sobre a composição partidária da coalizão de governo no período. A tabela IV apresenta as datas de início, término e composição partidária de todas as coalizões pertinentes ao período de estudo desse livro. Como a rodada do *Brazilian Legislative Survey* destinada a investigar o período entre 1995 e 1998 foi realizada no ano de 1997, o Gráfico III considera como partidos pertencentes à coalizão PSDB, PFL, PMDB, PTB, PPB. Isto é, os histogramas dos scores ideológicos do Gráfico III, são coerentes com a composição partidária da coalizão “FHC I 2”, apresentada na Tabela 4.

FHC I 1	01-jan-95	25-abr-96	PSDB - PFL - PMDB - PTB
FHC I 2	26-abr-96	31-dez-98	PSDB - PFL - PMDB - PTB - PPB
FHC II 1	01-jan-99	05-mar-02	PSDB - PFL - PMDB - PPB
FHC II 2	06-mar-02	31-dez-02	PSDB - PMDB - PPB
Lula I 1	01-jan-03	22-jan-04	PT - PL - PCdoB - PSB - PTB - PDT - PPS - PV
Lula I 2	23-jan-04	31-jan-05	PT - PL - PCdoB - PSB - PTB - PPS - PV - PMDB
Lula I 3	01-fev-05	19-mai-05	PT - PL - PCdoB - PSB - PTB - PV - PMDB
Lula I 4	20-mai-05	22-jul-05	PT - PL - PCdoB - PSB - PTB - PMDB
Lula I 5	23-jul-05	31-dez-06	PT - PL - PCdoB - PSB - PTB - PMDB - PP
Lula II 1	01-jan-07	01-abr-07	PT - PR - PCdoB - PSB - PTB - PMDB - PP - PRB
Lula II 2	02-abr-07	27-set-09	PT - PR - PCdoB - PSB - PTB - PMDB - PP - PDT - PRB
Lula II 3	28-set-09	31-dez-10	PT - PR - PCdoB - PSB - PMDB - PP - PDT - PRB
Dilma 1	01-jan-11	01-mar-12	PT - PR - PCdoB - PSB - PMDB - PDT - PP
Dilma 2	02-mar-12	02-out-13	PT - PR - PCdoB - PSB - PMDB - PDT - PP - PRB
Dilma 3	03-out-12	31-dez-14	PT - PR - PCdoB - PMDB - PDT - PP - PRB

Tabela 1 – Início, Término e Composição Partidária das Coalizões de Governo no Brasil (1995-2014).
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap).

Dando prosseguimento à análise, os Gráficos 4, 5 e 6 demonstram que o padrão

observado no período do primeiro mandato de FHC se manteve também no segundo termo do Presidente.

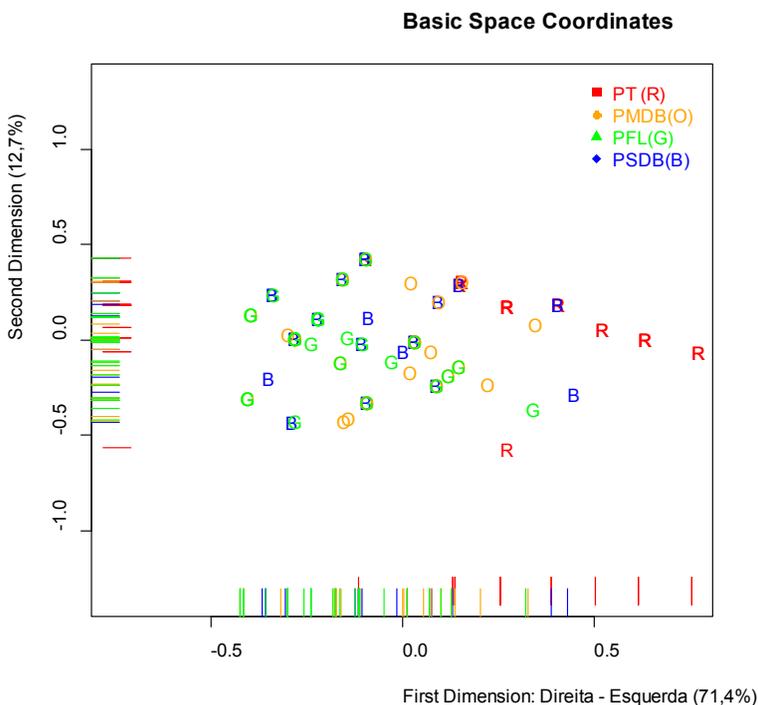


Gráfico 4 – Coordenadas Espaciais do PT, PMDB, PFL e PSDB na Câmara dos Deputados (1999-2002).

Assim como ocorrera na análise dos dados apresentados no Gráfico 1, aqui também é possível observar que existe uma dimensão dominante para a explicação da variância das respostas. A diferença é que dessa vez o percentual da variância explicada é ainda maior: 71,4%. Também com relação ao posicionamento dos deputados, é possível notar a manutenção do padrão observado na análise do anterior. O Gráfico 5 mostra o posicionamento dos partidos similar àquele visto no Gráfico 2, com o PT ocupando a direita do espaço das coordenadas (e a esquerda do espectro ideológico), opondo-se ao PFL no outro extremo. Por sua vez, PSDB e PMDB permanecem nas posições mais centrais, sendo que o PSDB se encontra ligeiramente mais à direita no espectro ideológico do que o PMDB.

Basic Space Scores para a Prime

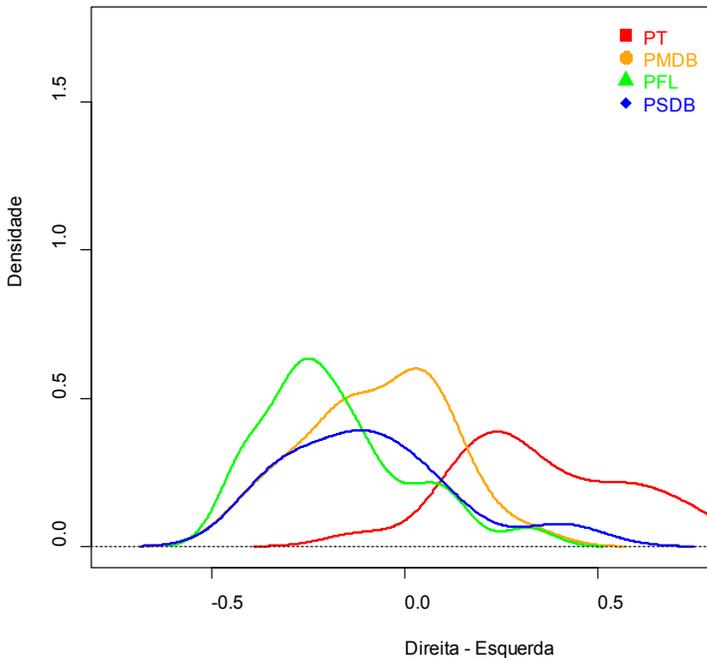


Gráfico 5 – Histogramas dos Scores Ideológicos do PT, PMDB, PFL e PSDB na Câmara dos Deputados (1999-2002).

Para finalizar a análise do período, o Gráfico 4 mostra como a coalizão⁴ de governo se concentra mais fortemente do meio para a direita do espectro ideológico, enquanto os demais partidos ficam mais à esquerda do espectro. Embora o nível de dispersão apresentado neste gráfico seja superior àquele do Gráfico 3, pode-se dizer que se trata de uma coalizão coesa. Importante lembrar que, em todos os gráficos mostrados até o momento, a direita do espectro ideológico corresponde à parte esquerda do espaço do gráfico.

4. Em coerência com o período de realização do Survey, foram considerados partidos pertencentes à coalizão de Governo PSDB, PMDB, PFL e PPB.

Basic Space Scores para a Prime

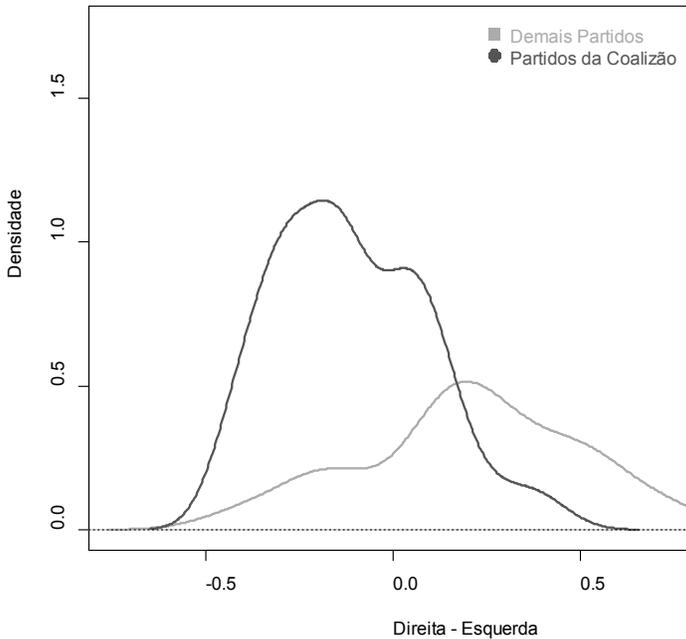


Gráfico 6 - Histograma dos Scores Ideológicos dos Partidos da Coalizão de Governo e dos Demais Partidos na Câmara dos Deputados (1999-2002).

Até aqui, observou-se como os deputados dos quatro maiores partidos brasileiros, bem como os deputados que compuseram as coalizões de governo, mantiveram um posicionamento bastante coerente nos dois mandatos do Presidente Fernando Henrique Cardoso. No entanto, pode-se observar que esta coerência foi certamente favorecida por uma política de formações de coalizões entre partidos não muito distantes em termos de ideologia no período. Observando os dados de composição da coalizão apresentados na tabela IV, pode-se perceber que as coalizões de Governo formadas entre 1995 e 2002 nunca contaram com partidos localizados em extremos opostos do espectro ideológico, uma vez que os partidos de esquerda nunca integraram tais coalizões.

Nesse sentido, os dados do próximo período a ser analisado (2003 à 2006) são representativos de uma época mais conturbada na política brasileira, em que a subida ao poder do Presidente Luis Inácio Lula da Silva por um partido de esquerda, produziu uma política de formação de coalizões muito mais complexa, marcada por alianças entre partidos de diferente perfil ideológico.

Seriam essas alianças capazes de influenciar as atitudes dos deputados ao ponto de a dimensão ideológica deixar de ser aquela que mais tem capacidade de explicar as opiniões dos deputados? A resposta é não. O Gráfico 7 mostra que a dimensão ideológica é

responsável por explicar 68,4% da variação das respostas dos deputados no período. Além disso, embora o PT faça parte agora do Governo, o posicionamento de seus deputados permanece afastado dos demais partidos, inclusive do PMDB, o qual foi parte da coalizão de governo durante a maior parte do período entre 2003 e 2006.

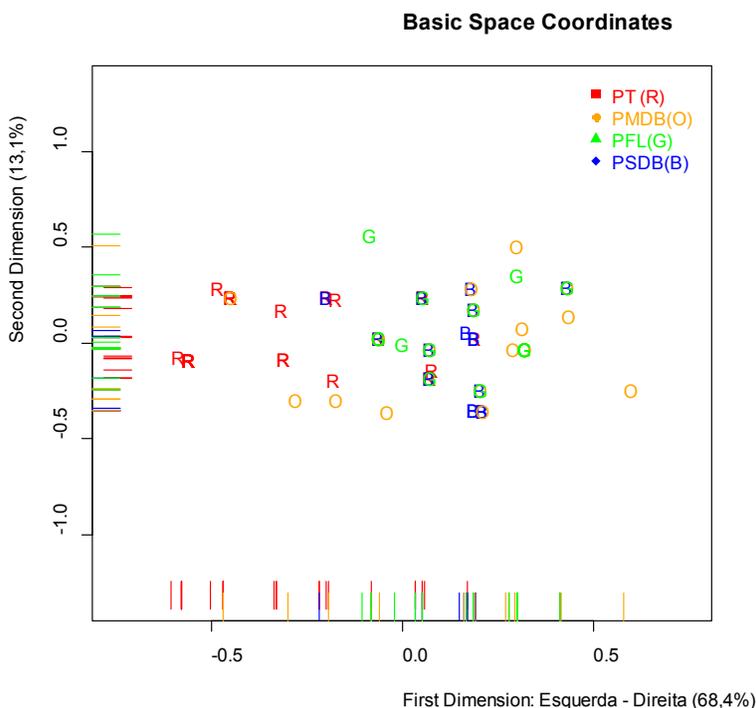


Gráfico 7 – Coordenadas Espaciais dos Deputados do PT, PSDB, PMDB, DEM na Câmara dos Deputados (2003-2006).

O Gráfico 8, por sua vez, mostra com clareza que a mudança de coalizão não foi suficiente para embaralhar o posicionamento ideológico dos partidos na Câmara dos Deputados. Pode-se notar que PSDB, PFL e PMDB continuam mais próximos entre si do que em relação PT. Além disso, o PMDB, permanece o partido mais disperso, enquanto PSDB e PFL se concentram entre o meio e a direita do espectro ideológico.

Basic Space Scores para a Prime

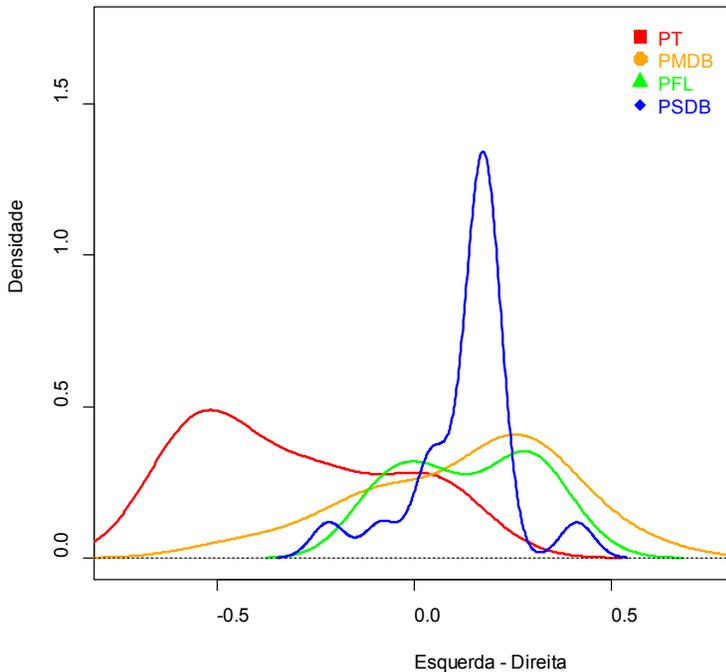


Gráfico 8 – Histogramas dos Scores Ideológicos do PT, PMDB, PFL e PSDB na Câmara dos Deputados (2003-2006).

Para finalizar a análise do primeiro mandato do Presidente Lula, o Gráfico 9 mostra os histogramas dos scores ideológicos para os partidos da coalizão⁵ e para os demais. Chama a atenção como esse gráfico apresenta um padrão totalmente distinto em relação aos Gráficos 3 e 4, pois diferentemente do que ocorria nos governos FHC, o primeiro mandato do Presidente Lula foi marcado pela dispersão ideológica da coalizão de governo. Para análise aqui em questão, isso é especialmente relevante para a constatação que a primeira dimensão das coordenadas espaciais se refere efetivamente à ideologia, pois fica eliminada a possibilidade dessa dimensão distribuir os partidos entre aqueles que pertencem mais fortemente à coalizão de governo e os demais.

5. Em coerência com o período de realização do Survey, foram considerados partidos pertencentes à coalizão de Governo PT, PL, PCdoB, PSB, PTB, PMDB.

Basic Space Scores para a Prime

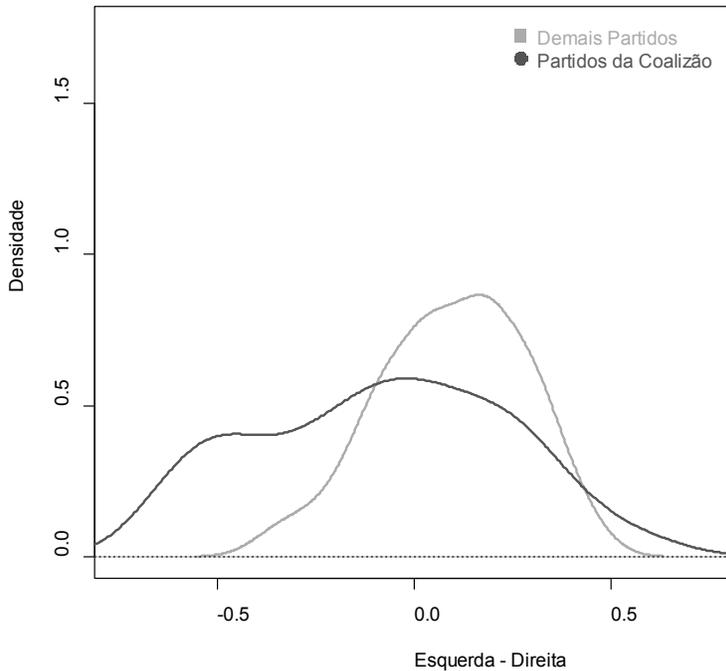


Gráfico 9 – Histograma dos Scores Ideológicos dos Partidos da Coalizão de Governo e dos Demais Partidos na Câmara dos Deputados (2003-2006).

Prosseguindo com a análise até o segundo mandato do Presidente Lula, temos os Gráficos 10, 11 e 12, cuja análise demonstra que a configuração observada no primeiro mandato do Presidente petista não foi uma exceção, representando de fato um padrão para os governos seguintes do partido.

Basic Space Coordinates

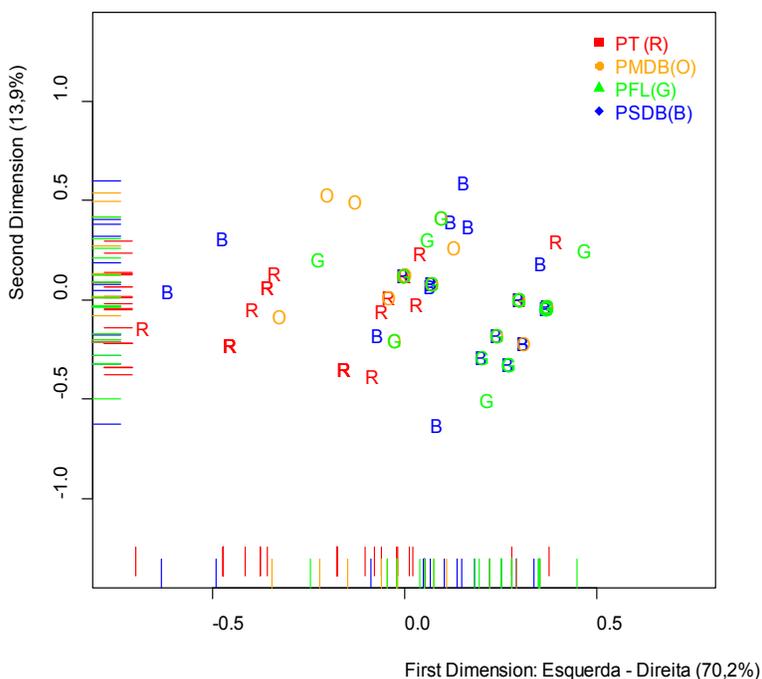


Gráfico 10 – Coordenadas Espaciais dos Deputados do PT, PSDB, PMDB, DEM na Câmara dos Deputados (2007-2010).

O Gráfico 10 mostra novamente a ideologia como dimensão estruturante das opiniões dos deputados. Com relação ao padrão de distribuição espacial dos deputados, os dados mostram, mais uma vez, o PT se concentrando na esquerda do espectro ideológico, em contraste com os deputados do PFL (que passaria a adotar a sigla DEM, a partir de 2007) no extremo oposto.

Basic Space Scores para a Prime

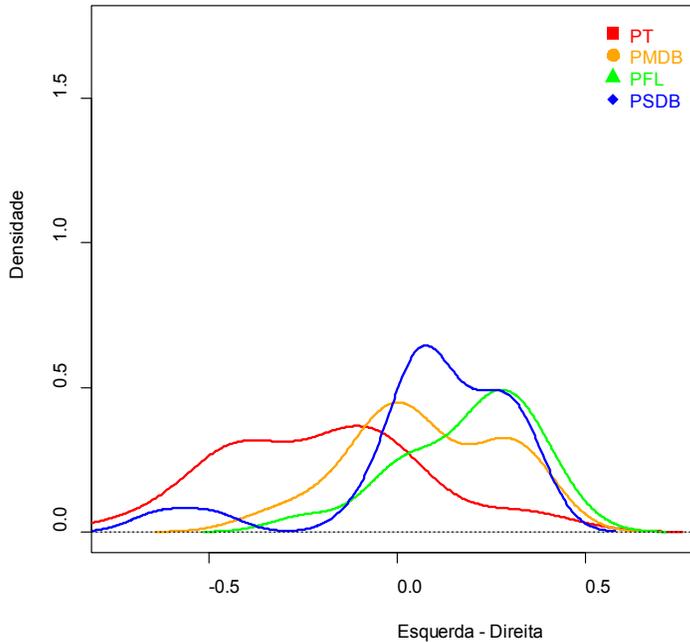


Gráfico 11 – Histogramas dos Scores Ideológicos do PT, PMDB, PFL e PSDB na Câmara dos Deputados (2007-2010).

Pelo Gráfico 11, é possível perceber claramente como o PMDB, PSDB e PFL apresentam pequenas diferenças entre si e diferenças maiores em relação ao PT. Mais uma vez o PSDB encontra-se ligeiramente mais à esquerda em relação ao PFL.

Com relação ao posicionamento dos partidos da coalizão⁶, o Gráfico 12 segue na direção para qual já apontava o Gráfico 9, mostrando que a coalizão de governo do segundo mandato do Presidente Lula é marcadamente dispersa e heterogênea. Mais do que isso, é possível perceber que boa parte da coalizão de governo tem interesses semelhantes aos dos partidos que não pertencem à coalizão.

6. Em coerência com o período de realização do Survey, foram considerados partidos pertencentes à coalizão de Governo PT, PR, PCdoB, PSB, PTB, PMDB, PP, PDT, PRB.

Basic Space Scores para a Prime

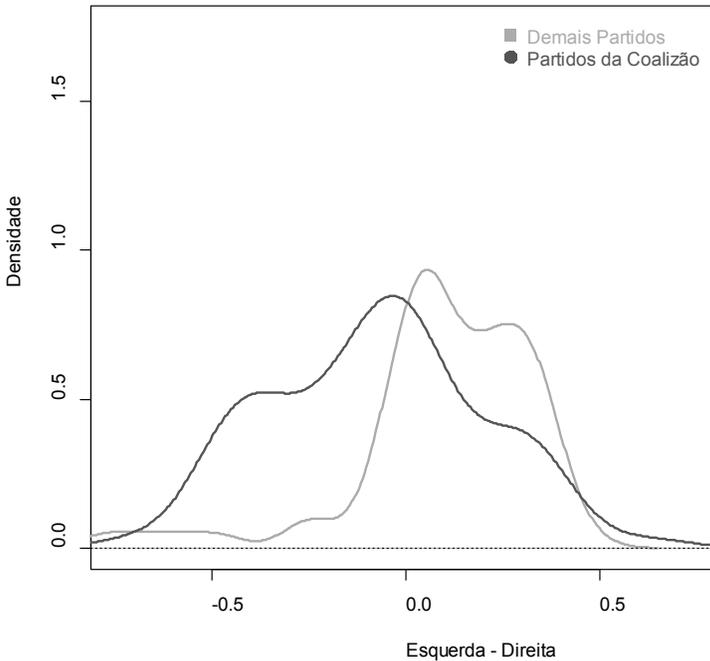


Gráfico 12 – Histograma dos Scores Ideológicos dos Partidos da Coalizão de Governo e dos Demais Partidos na Câmara dos Deputados (2007-2010).

Por fim, para completar a análise do posicionamento ideológico dos deputados no período que este livro investiga, cabe analisar os resultados apresentados nos Gráficos 13, 19 e 15, que dizem respeito ao primeiro mandato da Presidente Dilma Rousseff.

Os Gráfico 13 e 14, confirmam o padrão da ideologia como dimensão estruturante das opiniões dos deputados e do PT como o partido que mais difere ideologicamente dos demais entre os quatro principais partidos do período analisado. Como variação em relação aos gráficos anteriores, os deputados do PMDB foram posicionados mais a direita do espectro, entretanto, como se trata de apenas uma onda, é difícil saber se este resultado representa uma mudança de fôlego ou apenas um resultado pontual.

Basic Space Coordinates

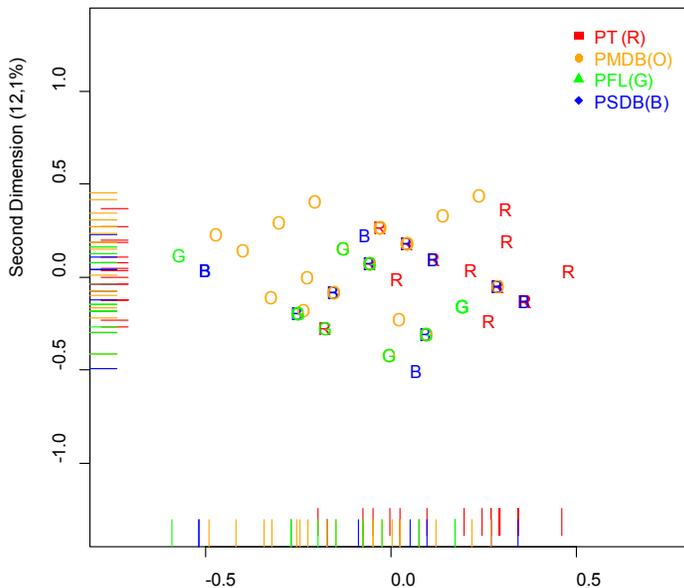


Gráfico 13 – Coordenadas Espaciais dos Deputados do PT, PSDB, PMDB, DEM na Câmara dos Deputados (2011-2014).

Basic Space Scores para a Prime

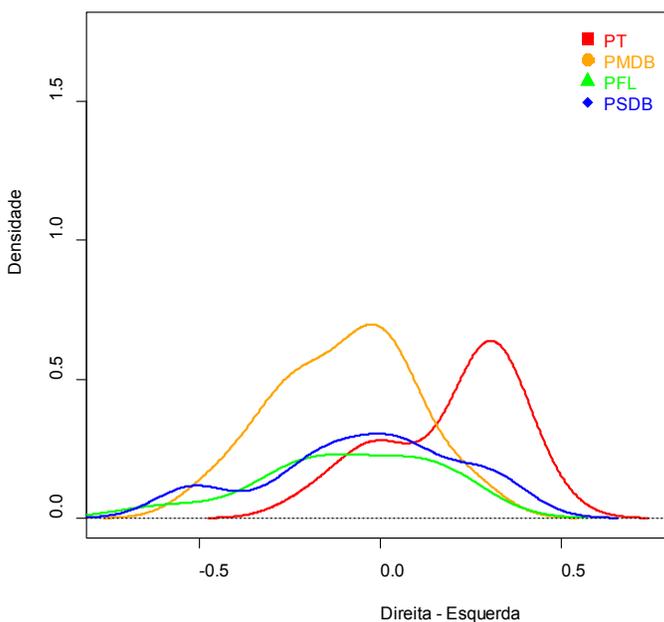


Gráfico 14 – Histogramas dos Scores Ideológicos do PT, PMDB, PFL e PSDB na Câmara dos Deputados (2011-2014).

Para finalizar, o Gráfico 15 mostra mais vez uma coalizão⁷ dispersa e que, além disso, apresenta um posicionamento ideológico bastante próximo em relação ao grupo de partidos que não fazem parte do Governo.

Basic Space Scores para a Prime

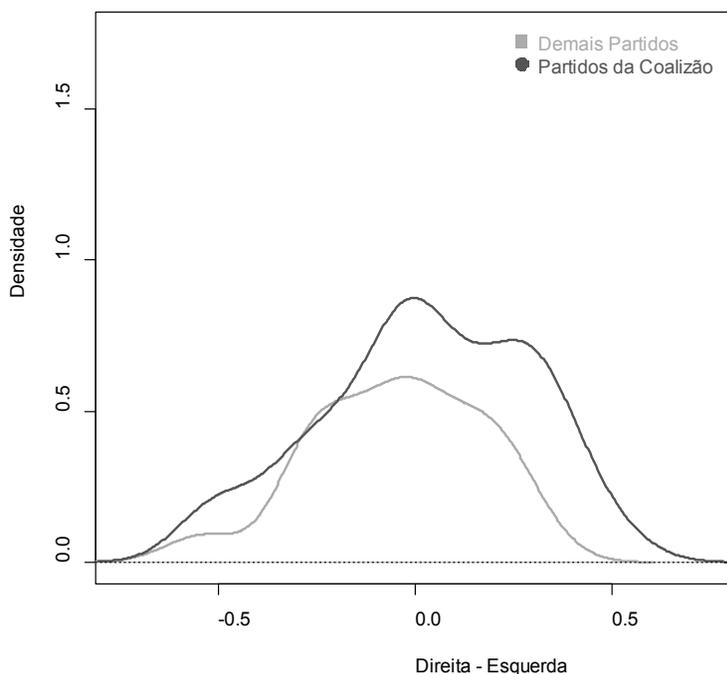


Gráfico 15 – Histograma dos Scores Ideológicos dos Partidos da Coalizão de Governo e dos Demais Partidos na Câmara dos Deputados (2011-2014).

A análise das opiniões dos deputados é um ótimo indicativo para que se possa compreender seu posicionamento ideológico. Com base nos dados aqui apresentados, é possível dizer que a ideologia é a dimensão principal em torno da qual se estruturam as opiniões dos deputados, e que o posicionamento dos principais partidos nessa dimensão não sofreu mudanças abruptas no período entre 1995 e 2014, mantendo-se coerente ao longo do tempo.

Desta forma, é possível não apenas confirmar os achados de Power e Zucco (2011, 2012), como também ir além. Se é verdade que estes autores utilizaram perguntas que se referiam diretamente à classificação ideológica dos deputados e partidos e concluíram os deputados posicionavam-se de maneira coerente ao longo do tempo, a análise dos *surveys* realizada neste livro mostra que essa coerência ideológica pode ser aferida não apenas através de perguntas diretas sobre o posicionamento ideológico dos deputados,

7. Em coerência com o período de realização do Survey, foram considerados partidos pertencentes à coalizão de Governo PT, PR, PCdoB, PSB, PMDB, PP, PDT, PRB.

mas também a partir da estruturação das suas opiniões sobre diversos *issues* em torno de uma dimensão latente.

Fica claro assim, que além de ser possível identificar um posicionamento ideológico estável para os principais partidos da Câmara dos Deputados ao longo do tempo, este posicionamento ideológico de fato informa sobre as posições políticas dos deputados. Neste sentido os conceitos de esquerda e direita não devem ser entendidos como “caixas vazias”, para utilizar a expressão cunhada por Jean Paul Sartre, mas como polos da dimensão principal sobre a qual se estruturam as opiniões dos deputados.

Os resultados encontrados nesse capítulo são de grande importância para os estudos sobre presidencialismo de coalizão no Brasil. O ponto principal é que, como consequência da estabilidade do posicionamento dos partidos na dimensão ideológica, temos que o pertencimento ou não à coalizão de governo não representa necessariamente uma fonte de estruturação das preferências dos deputados. Isso significa que os partidos tendem a manter seu posicionamento ideológico independente de entrarem ou saírem da coalizão de governo. O resultado é que eventualmente são formadas coalizões com baixo nível de coesão. Essa variação do grau de dispersão ideológica da coalizão certamente tem impacto sobre o funcionamento interno do legislativo e sobre a forma como esse Poder se relaciona com o Executivo.

O COMPORTAMENTO DOS PARTIDOS E COALIZÇÕES NA CÂMARA DOS DEPUTADOS: ANALISANDO AS VOTAÇÕES NOMINAIS

Se capítulo anterior teve como foco mostrar como é a ideologia a dimensão latente que explica a maior parte da variância das respostas dos deputados colhidas através de *surveys*, o capítulo atual busca mostrar como a ideologia não deve ser medida através da análise das votações nominais no caso do presidencialismo brasileiro. A análise dos dados mostrará que no caso votações, a dimensão latente em torno da qual se distribuem espacialmente deputados e partidos é relativa ao eixo governo-oposição.

A aplicação de modelos espaciais para a análise de dados de escolha binária teve grande destaque no estudo do comportamento legislativo e, ao mesmo tempo, motivo de polêmica entre os estudiosos. Os defensores desse método para mensuração do posicionamento ideológico dos partidos partem do pressuposto de que os legisladores possuem pontos ideais em uma dimensão política latente e votam pela alternativa política mais próxima a este ponto. Neste cenário, o voto do legislador refletiria a distância entre seu ponto ideal e uma proposta política sobre a qual ele deve decidir (Poole 2005; McCarty, Poole, Rosenthal 2006).

Dessa forma, é possível utilizar os dados sobre votações nominais para obter os pontos ideais de cada legislador em uma ou mais dimensões latentes. Um exemplo desse tipo de trabalho é o estudo de Bernabel (2015), o qual avalia as votações nominais realizadas na Câmara e no Senado entre 1994 e 2010 e conclui que a ideologia é a dimensão latente mais importante para predizer os resultados dessas votações.

Todavia, alguns autores apresentam ressalvas ao uso das votações nominais para a identificação das preferências políticas pelos parlamentares (Cox e McCubbins, 2005; Armstrong *et al.*, 2014), segundo estes, o voto dos deputados poderia ser influenciado por diversos fatores externos à sua preferência pessoal, tais como influência do líder partidário, barganhas e ameaças por parte do Executivo. Nesse sentido, o deputado poderia ser constrangido a votar de maneira distinta de seu ponto ideal.

No presente livro, os resultados das análises das votações nominais não são tomados como sendo relativos às “posições ideais” dos parlamentares, mas sim como o produto de um conjunto de fatores os quais podem influenciar as decisões dos deputados. Neste sentido, o voto do parlamentar pode ser compreendido como um comportamento estratégico no qual são levadas em considerações não apenas as preferências pessoais do próprio parlamentar, mas também os eventuais constrangimentos políticos e institucionais

que o deputado possa enfrentar. A partir desse entendimento, foi utilizado o método conhecido como *W-Nominate*, desenvolvido por Keith Poole e Howard Rosenthal (1997) para estimar o posicionamento dos deputados brasileiros em torno de duas dimensões latentes.

O Gráfico XVI mostra os scores obtidos através do *W-Nominate* para os quatro maiores partidos presentes na Câmara dos Deputados entre 1995 e 1998. Assim como foi o caso na análise dos dados de *survey*, seria impossível distinguir visualmente todos os partidos presentes na Câmara dos Deputados em único gráfico, optou-se então por “plotar” no gráfico XVI apenas as coordenadas espaciais referentes aos deputados dos 4 maiores partidos¹. Não obstante, para o calcula dessas coordenadas, foram levadas em contas as respostas dos deputados de todos os partidos presentes nas votações.

De acordo com os dados, com base apenas na primeira dimensão é possível prever com sucesso 90,8% das votações dos deputados no período. Para além do fato de que o modelo apresenta um bom nível de ajuste, esse resultado significa também que esse conjunto de dados apresenta uma dimensão altamente dominante a partir da qual se estruturam as votações dos deputados.

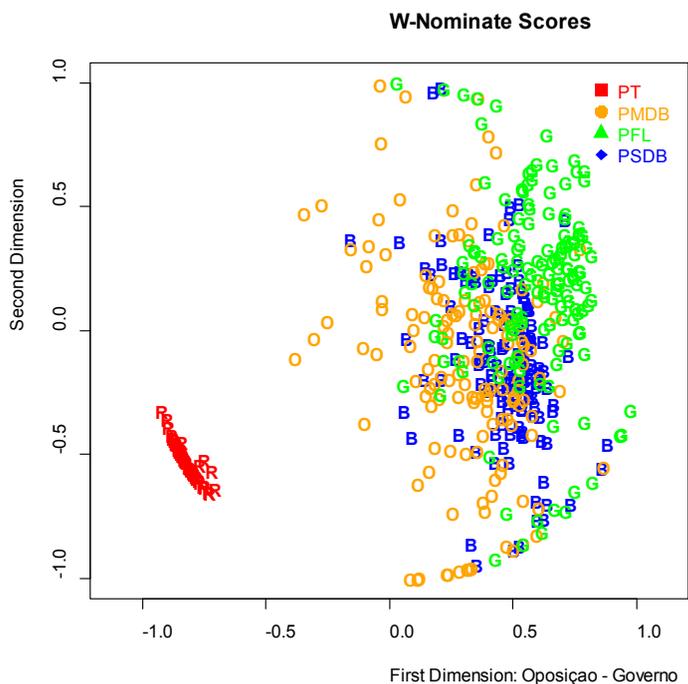


Gráfico 16 – W-Nominate Scores para PT, PMDB, PFL, PSDB na Câmara dos Deputados (1995- 1998).

1. Cada deputado de cada um desses partidos representa um ponto no Gráfico 16, nos casos em que o deputado mudou de partido dentro da legislatura, esse deputado passou a representar dois pontos, sendo um obtido a partir das votações desse deputado no partido de origem e outro obtido a partir das votações do deputado no partido de destino.

Neste contexto, a correta interpretação do significado da primeira dimensão adquire uma relevância ainda maior do que a usual. Conforme se pode observar no Gráfico 16, temos novamente um quadro em que o PT encontra-se separado dos demais partidos, os quais se mostram próximos uns aos outros. Neste primeiro momento, poder-se-ia interpretar esses dados como sinal de que a primeira dimensão corresponde ao eixo-esquerda e direita ou ao eixo oposição-governo. Todavia, a interpretação aqui proposta, em desacordo com os achados de Bernabel (2015), é que se pode afirmar com segurança que a dimensão estruturante das votações dos deputados corresponde ao eixo oposição-governo. Este último ponto ficará mais claro no decorrer do capítulo no momento em que forem analisadas as votações dos deputados nas legislaturas subsequentes.

Antes disso, porém, cabe analisar as informações sobre os escores do *W-Nominate* para os partidos da coalizão e oposição no período entre 1995 e 1998, os quais podem ser observados no Gráfico XVII². Neste caso, o gráfico apresenta o posicionamento de todos os deputados que participaram de votações nominiais no período em questão, não se restringindo apenas aos maiores partidos. De maneira geral, pode-se observar que os parlamentares dos partidos pertencentes ao governo se mantiveram concentrados do meio para o centro para a direita do espaço, enquanto os partidos que não ocupavam nenhum posto ministerial concentram-se em diferentes partes do gráfico.

2. Cada deputado pertencente ao governo e à oposição representa um ponto no Gráfico 17, nos casos em que o partido do deputado mudou ter pertencido ao governo e à oposição dentro da mesma legislatura, o deputado passou a representar dois pontos, sendo um obtido a partir das votações desse deputado quando seu partido estava no governo e outro obtido a partir das votações do deputado quando seu partido estava na oposição..

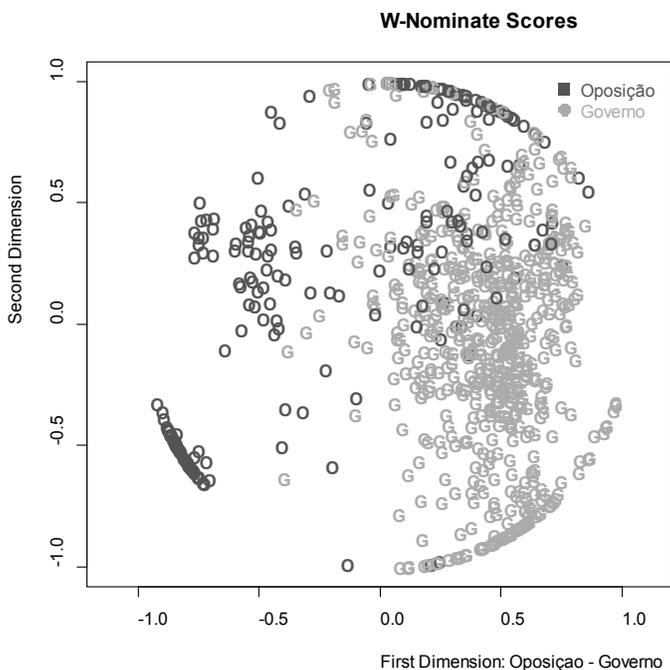


Gráfico 17 – W-Nominate Scores para os partidos da Coalizão e da Oposição na Câmara dos Deputados (1995- 1998).

Passando para a análise do segundo termo do Presidente FHC, os Gráficos 18 e 19, mostram que os resultados da distribuição espacial das votações durante o primeiro termo do Presidente não foram apenas consequências de um evento fortuito, mas ao contrário, representaram um padrão que se repetiu também no segundo mandato do Presidente. Dessa vez, foi possível prever 92% dos votos a partir da primeira dimensão, mostrando mais uma vez que os dados possuem uma dimensão dominante. Com relação ao Posicionamento dos partidos, O Gráfico 18 confirma um padrão já observado anteriormente, mostrando o PT como um partido altamente disciplinado na oposição, em contraste com PSDB e PFL, fortemente disciplinados dentro da coalizão de governo. Também é interessante notar que o PMDB aparece como um partido fiel ao governo nas votações, mas um pouco menos do que PFL e PSDB.

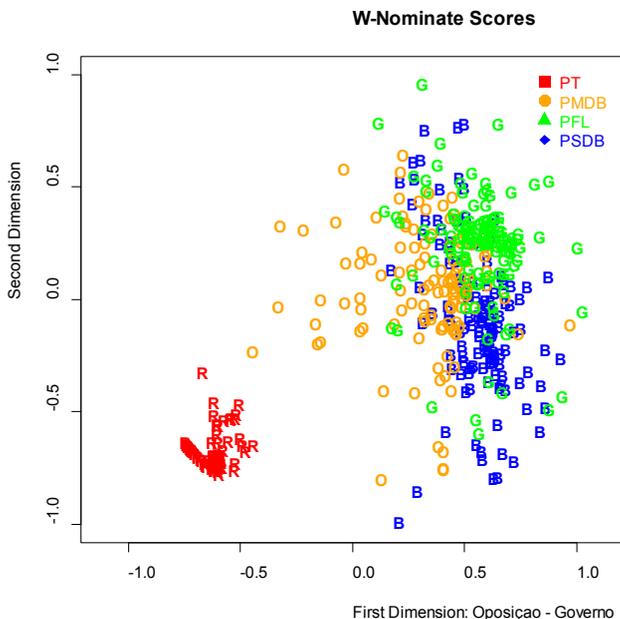


Gráfico 18 – W-Nominate Scores para PT,PMDB,PFL,PSDB na Câmara dos Deputados (1999- 2002).

Por sua vez, o Gráfico 19 também repete o padrão observado no perfil de votação da coalizão do primeiro mandato FHC. Mais uma vez observa-se que os partidos da coalizão tendem a se posicionar do meio para a direita do espaço.

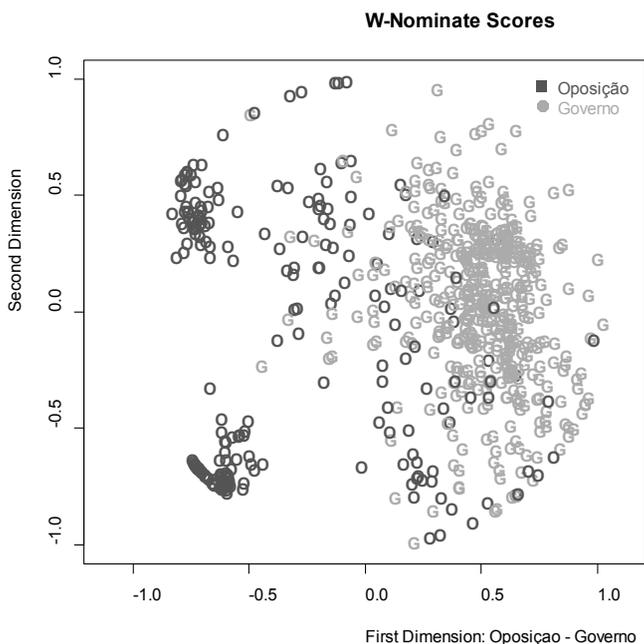


Gráfico 19 – W-Nominate Scores para os partidos da Coalizão e da Oposição na Câmara dos Deputados (1999- 2002).

Até aqui, a análise da distribuição espacial das votações deixou claro como os principais partidos da coalizão de governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso apresentaram um comportamento disciplinado entre os anos de 1995 e 2002. Esse resultado já era esperado tendo em vista a análise realizada no capítulo anterior que demonstrou que esses partidos se encontram próximos também por questões ideológicas. Agora é o momento de analisar como a chegada de um novo presidente, eleito por um partido de perfil ideológico distinto e apoiando-se em uma coalizão ideologicamente heterogênea, afetou o padrão de distribuição espacial dos votos dos deputados.

Os Gráficos 20 e 21 mostram como a mudança na composição da coalizão alterou o posicionamento relativo dos partidos na primeira dimensão (que aqui prediz corretamente 90,7% dos votos dos deputados).

O Gráfico 20 mostra como PSDB e PFL permaneceram no extremo oposto ao PT em relação ao à primeira dimensão, em contrapartida, o PMDB deslocou-se consideravelmente em relação aos dois mandatos de FHC. Se nas duas legislaturas anteriores o PMDB encontra-se muito próximo ao PSDB e ao PFL, no primeiro mandato do Presidente Lula, o partido se afastou dos seus velhos aliados e aproximou-se do PT. Isso ocorreu mesmo o partido não fazendo parte do governo desde o seu início³.

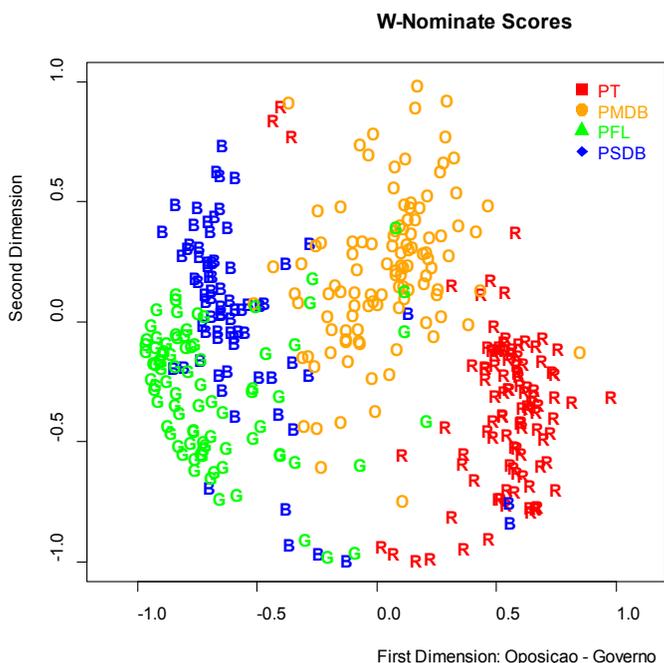


Gráfico 20 – W-Nominate Scores para PT, PMDB, PFL, PSDB na Câmara dos Deputados (2003- 2006).

3. Conforme os dados apresentados na Tabela 4, O PMDB só se tornou parte da coalizão de governo em 2004.

Por sua vez, o Gráfico 21 mostra uma coalizão de governo mais dispersa em relação aos governos FHC, mas que, ainda assim, permanece situada majoritariamente do meio para a direita do espaço do gráfico.

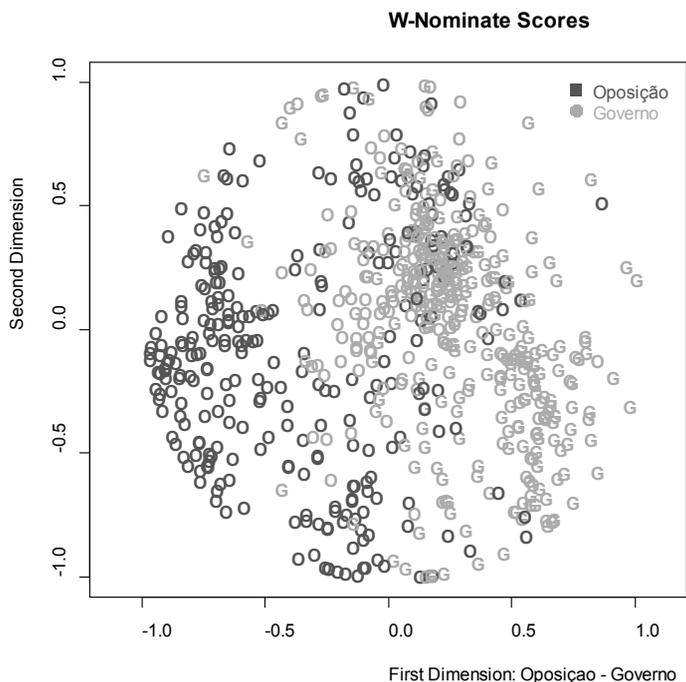


Gráfico 21 – W-Nominate Scores para os partidos da Coalizão e da Oposição na Câmara dos Deputados (2003- 2006).

Se o primeiro Governo Lula apresentou mudanças constantes da coalizão que afetaram a distribuição espacial das votações dos deputados, o segundo termo do Presidente foi mais estável em sua política de alianças, o que resultou em uma distribuição de votações muito mais definida⁴. O Gráfico 22 mostra como o eixo governo e oposição delimita claramente o posicionamento dos parlamentares de PT, PMDB, DEM e PSDB nas votações da Câmara dos Deputados.

A chave aqui é observar o comportamento do PMDB, o partido que sempre se manteve aliado ao PSDB e ao DEM nas votações durante os mandatos do Presidente FHC, agora se mostra claramente um aliado do PT. Isso significa que a dimensão estruturante dos dados é certamente a dimensão governo e oposição, e não a dimensão ideológica. A análise realizada no capítulo anterior mostrou claramente que em termos ideológicos, o PMDB não mudou seu posicionamento com a mudança de Presidente, já a análise do presente capítulo mostra como a mudança de presidente (e da coalizão) foi suficiente para

4. De acordo com os dados do apresentados na Tabela 4, houve 5 mudanças de coalizão no primeiro governo do Presidente e apenas uma mudança no segundo mandato.

que o partido mudasse seu comportamento.

Esses dados vão de encontro aos achados de Bernabel (2015), segundo o qual seria a ideologia a principal dimensão estruturante das votações nominais no Congresso. Essa diferença pode ser explicada pelas diferenças metodológicas entre o estudo do autor e o presente trabalho. Para identificar quais as dimensões latentes sobre as quais se estruturam as votações nominais, Bernabel, ao invés de investigar separadamente cada legislatura, utiliza o *W-Nominate* para analisar conjuntamente as votações na Câmara dos Deputados para o período entre 1989 a 2010. Ao fazer isso, o autor passa a comparar conjuntos de deputados diferentes (pois há muitas mudanças na composição de uma legislatura para outra), votando proposições legislativas diferentes (os projetos de lei votados em cada legislatura são diferentes), de maneira a produzir *scores* não comparáveis entre si.

Dito de outra maneira, a lógica do método *W-Nominate* consiste em analisar as escolhas de um conjunto de deputados (votos), e procurar por dimensões latentes que se correlacionem com essas escolhas. Para isso, é fundamental que o mesmo conjunto de deputados decida sobre as mesmas questões, para que então se possa realizar uma análise das coordenadas espaciais desses deputados. Estas coordenadas, ou os *scores* do *W-Nominate*, não possuem um valor intrínseco, sendo o mais importante analisar as posições relativas dos partidos e não os valores absolutos de seus *scores*. O problema é que em legislaturas diferentes os deputados votam questões diferentes, produzindo *scores* distintos e, em última análise, não diretamente comparáveis⁵. É importante salientar que este não é um ponto controverso na literatura, (Armstrong *et al.*, 2014), sendo a única conclusão possível a de que Bernabel incorreu em um erro metodológico em sua análise.

5. Uma analogia possível seria com as pesquisas de survey, neste caso, o procedimento do Bernabel equivaleria a aplicar dois questionários compostos por perguntas diferentes, para duas populações distintas e, posteriormente, comparar os resultados dessas pesquisas como se os scores obtidos pudessem dizer respeito à uma dimensão comum, quando na verdade não são diretamente incomparáveis.

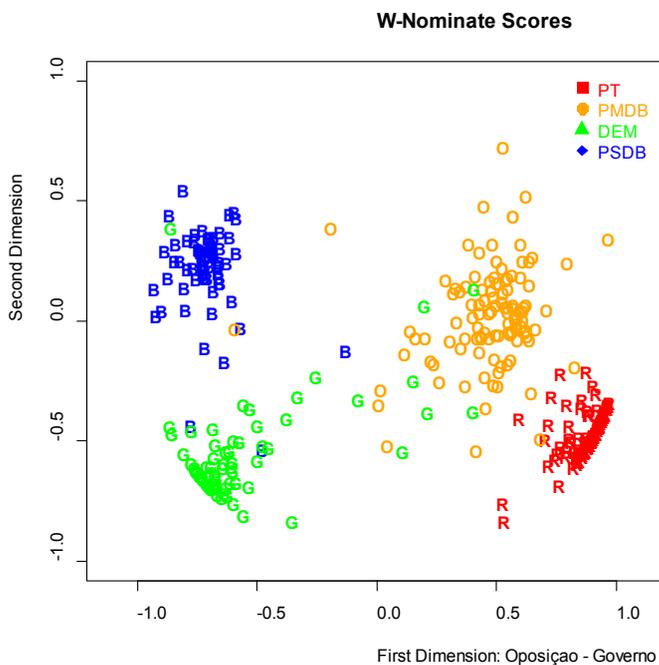


Gráfico 22 – W-Nominate Scores para PT,PMDB,PFL,PSDB na Câmara dos Deputados (2007- 2010).

Analisando o Gráfico 23, pode-se perceber a clara divisão espacial entre os partidos pertencentes a coalizão de governo e os demais. Fica evidente mais uma vez que a dimensão principal que distingue os partidos no momento em que seus deputados votam é o pertencimento à coalizão e não a ideologia. Para o segundo termo do Presidente Lula, foi possível prever corretamente 90,8% das votações dos deputados a partir da primeira dimensão latente.

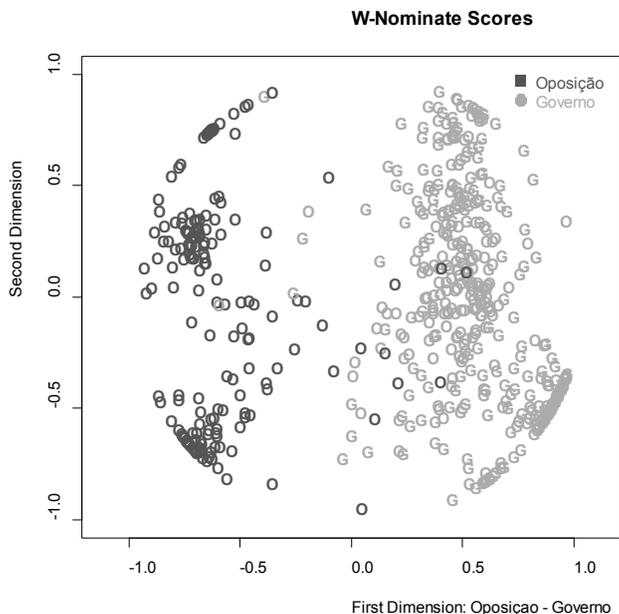


Gráfico 23 – W-Nominate Scores para os partidos da Coalizão e da Oposição na Câmara dos Deputados (2007- 2010).

Por fim, os Gráficos 24 e 25, mostram que a distribuição espacial das votações do primeiro governo da Presidente Dilma Rousseff seguiu um padrão semelhante ao perfil das votações dos dois mandatos do Presidente Lula. Entre 2011 e 2014, foi possível prever corretamente 91,1% das votações dos deputados a partir da primeira dimensão latente.

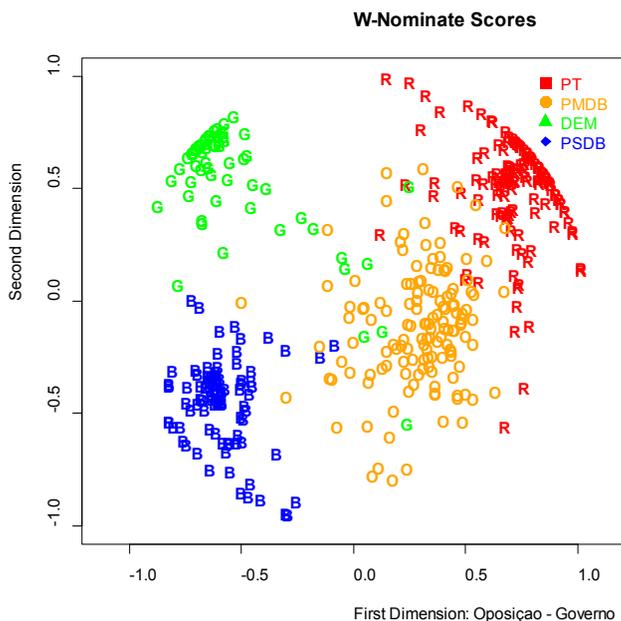


Gráfico 24 – W-Nominate Scores para PT, PMDB, PFL, PSDB na Câmara dos Deputados (2011- 2014).

O Gráfico 24 mostra mais uma vez como PSDB e DEM se mantêm muito alinhados enquanto partidos de oposição ao governo. Enquanto os deputados do PT e PMDB permanecem a direita do espaço. Já o Gráfico XXV mostra como governo e oposição se distinguem com clareza ao longo da primeira dimensão.

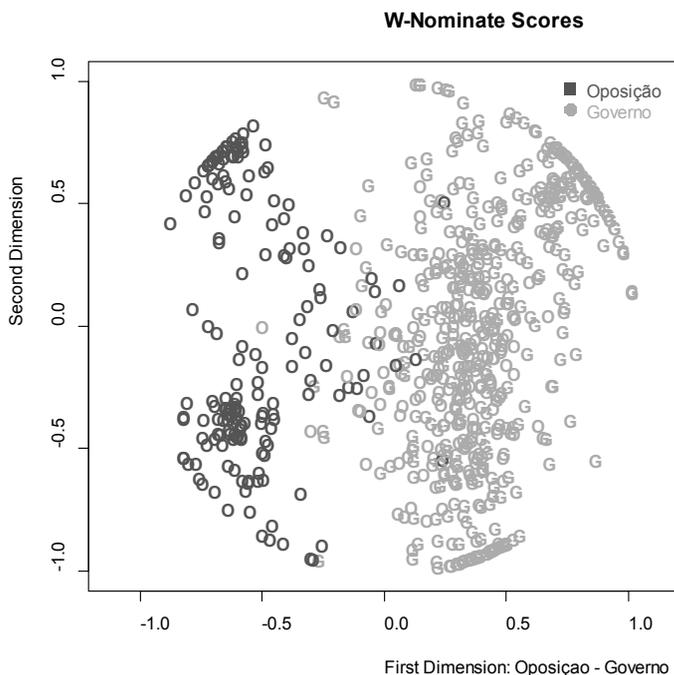


Gráfico 25 – W-Nominate Scores para os partidos da Coalizão e da Oposição na Câmara dos Deputados (2011- 2014).

CONCLUSÃO

Combinadas, as análises realizadas nas duas seções desse artigo buscaram contrastar a distribuição de preferências dos partidos medidas através de pesquisas de surveys com as o posicionamento dos partidos nas votações nominais. A análise da variação desses dois indicadores no tempo revelou como as preferências (ideologia) dos partidos se mantem relativamente estáveis ao longo dos diferentes mandatos, enquanto o alinhamento dos partidos nas votações muda rapidamente uma vez que se alterem as coalizões de Governo. Destarte, pode-se concluir que os fenômenos da coesão (que diz respeito às preferências políticas) e da disciplina (que diz respeito às votações), são distinguíveis tanto do ponto de vista conceitual quanto empírico.

A conclusão principal que se pode extrair dessas análises é a de que o parlamentar brasileiro, em muitos casos, exerce sua atividade em meio à tensão existente entre seguir suas preferências políticas (muito provavelmente em acordo com as preferências de seus eleitores) ou cooperar com o governo. Em outras palavras, existe uma tensão entre o que o deputado deseja e aquilo que ele efetivamente pode fazer dentro do presidencialismo de coalizão. A análise das variações das preferências políticas e do comportamento dos deputados no tempo permitiu verificar que essa tensão é muito mais significativa nos casos em é formada uma coalizão de governo ideologicamente heterogênea.

Para concluir, convém fazer a ressalva de que embora que a dimensão oposição-governo seja capaz de prever a maioria das votações durante todo o período analisado, ainda há espaço para variações no grau de pertencimento à coalizão dentro dos blocos do Governo e da oposição. Exemplo disso é que a análise dos dados desse capítulo mostrou que o PMDB era ligeiramente menos governista que seus aliados, (PSDB e PFL) durante o período dos dois governos FHC, e consideravelmente menos governista que o PT durante os governos de Lula e Dilma Rouseff.

Neste sentido, cabe ainda investigar quais as causas para a variação dos níveis de disciplina desse e de outros partidos durante o período estudado. Além disso, o fato de o padrão geral das votações indicar que a ideologia é a principal variável para explicar o comportamento dos deputados, não significa que em votações específicas (e excepcionais) a ideologia não possa ter sido o fator decisivo. Essas são ainda questões que podem ser investigadas por futuros estudos.

BIBLIOGRAFIA

ALESINA, Alberto; ROSENTHAL, Howard (1995). *Partisan Politics, Divided Government, and the Economy*. New York: Cambridge University Press.

AMES, Barry (2001). *The Deadlock of Democracy in Brazil*. Ann Arbor: Michigan. University Press.

AMORIM NETO, Octávio (2000). *Gabinetes Presidenciais, Ciclos Eleitorais e Disciplina Legislativa no Brasil*. Dados, vol.43, nº 3.

AMORIM NETO, Octávio; SANTOS, Fabiano (2002). *A Produção Legislativa do Congresso: Entre a Paróquia e a Nação*. In Luiz Werneck Vianna, org., *A Democracia e os Três Poderes no Brasil*, Rio de Janeiro, IUPERJ/FAPERJ.

AMORIM NETO, Octavio e SANTOS, Fabiano (2003). *O segredo ineficiente revisto: o que propõem e o que aprovam os deputados brasileiros*. Dados, vol.46, nº 4.

ARANTES, Rogério; COUTO, Cláudio (2009). *Uma Constituição Incomum*. In: Maria Alice Rezende de Carvalho; Cicero Romão Resende de Araujo; Júlio Assis Simões. (Org.). *A constituição de 1988: passado e futuro*. 1ªed. São Paulo: Aderaldo & Rothschild (Hucitec), ANPOCS, 2009

ARAÚJO, Paulo Magalhães (2009). *O Bicameralismo no Brasil: As Bases Institucionais e Políticas Do Desempenho Legislativo do Senado Federal*. Tese de Doutorado em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais.

ARMSTRONG, D. A., II, Bakker, R., Carroll, R., Hare, C., Poole, K. T., & Rosenthal, H. (2014). *Analyzing Spatial Models of Choice and Judgment in R*. Boca Raton, FL: CRC Press.

ARNOLD, R. Douglas. (1990). *The Logic of Congressional Action*. New Haven, Yale: University Press.

BATISTA, Mariana (2013). *O poder no Executivo: uma análise do papel dos ministérios e da presidência no presidencialismo de coalizão brasileiro*. *Opinião Pública (UNICAMP. Impresso)*, v. 19.

BERNABEL, Rodolpho (2015). *Does The Electoral Rule Matter for Political Polarization? The Case of Brazilian Legislative Chambers*. *BPSR*, vol. 9, nº 2

CARNEIRO, André (2009). *O Veto parcial no sistema constitucional brasileiro*. *E-Legis, Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento da Câmara do Deputados*, nº2.

CAREY, John. (2006). *Discipline, Accountability, and legislative voting in Latin America.* *Comparative Politics* 35.

CARVALHO, Nelson (2003). *E no início eram as bases. Geografia Política do voto e comportamento legislativo no Brasil*. Rio de Janeiro : Revan.

CAREY, John. (2006). *Discipline, Accountability, and legislative voting in Latin America.* *Comparative Politics* 35.

- CAREY, John; REINHARDT, Gina (2003). Impacto das instituições estaduais na unidade das coalizões parlamentares no Brasil. Dados, vol 4, 2003.
- CARVER, Ronald (1998). The Case Against Statistical Significance Testing. Harvard Educational Review. 48, 3, p. 378-399.
- COX, Gary; MCCUBBINS, Matheu D (1993). Legislative leviathan: party govern in the House. Berkeley: University of California Press.
- DAHL, Robert (1971). Polyarchy: Participation and Opposition. Yale University Press.
- DAHL, Robert (1989). Democracy and its critics. Yale University Press.
- DANIEL, Larry (1998). Statistical Significance Testing: A Historical Overview of Misuse and Misinterpretation with Implication for the Editorial Policies of Educational Journals. Research in the Schools, 5, 2, p. 23-32.
- FENNO, Richard (1978). Home Style: House Members in Their Districts. Boston: Little Brown.
- FIGUEIREDO, Argelina; LIMONGI, Fernando (1995). Os partidos políticos na Câmara dos Deputados. Dados, v.38. (1996).
- FIGUEIREDO, Argelina; LIMONGI, Fernando (1996) Congresso Nacional: organização, processo legislativo e Produção Legal. Caderno de Pesquisas CEBRAP/Entrelinhas, São Paulo, n.º 5.
- FIGUEIREDO, Argelina; LIMONGI, Fernando (1999) Executivo e Legislativo na Nova Ordem Constitucional. Editora FGV. Rio de Janeiro.
- FIGUEIREDO, Argelina; LIMONGI, Fernando (2007). Instituições Políticas e Governabilidade: Desempenho do governo e apoio legislativo da democracia brasileira. In: Carlos Ranulfo Melo; Manuel Alcântara Sáez. (Org.). A Democracia Brasileira: Balanço e perspectivas para o Século 21. 1 ed. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- FIORINA, Morris (1974). Representatives, Roll Calls, and Constituencies. Lexington, MA: Heath.
- FREITAS, Andrea. O Presidencialismo da Coalizão (2013). Tese de Doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- HELLER, William (2001). Making Policy Stick: Why the Government Gets What It Wants in Multiparty Parliaments. American Journal of Political Science, Vol. 45, No. 4
- IMAI, Kosuke; KING, Gary; LAU, Olivia. Zelig: Everyone's Statistical Software (2012). Disponível em: <http://r.iq.harvard.edu/docs/zelig.pdf>
- INÁCIO, Magna (2006). Presidencialismo de coalizão e sucesso presidencial no Brasil (1990-2004). Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, UFMG.
- INÁCIO, Magna, (2012). Governo de coalizão e o redesenho da presidência no Brasil – OXFORD
- KING, Gary; TOMZ, Michael; WITTENBERG, Jason (2000). Making the Most of Statistical Analysis: Improving Interpretation and Presentation. American Journal of Political Science. 44, 2, p. 341-355.

LAMOUNIER, Bolívar (1994). A Democracia brasileira de 1985 à década de 1990: A síndrome da paralisia hiperativa. In: VELLOSO, João Paulo dos Reis (Org). Governabilidade, sistema político e violência urbana.

LAYER, Michael, and SHEPSLE, Kenneth A. Making and Breaking Governments: Cabinets and Legislatures in Parliamentary Democracies. Cambridge; New York: Cambridge University Press. 1996.

LIMONGI, Fernando (1994). O novo institucionalismo e os estudos legislativos: a literatura orteamericana recente. Boletim Informativo Bibliográfico, Rio de Janeiro, n.37, pp. 3-38.

LIMONGI, Fernando e FIGUEIREDO, Argelina (2009). Poder de Agenda e Políticas Substantivas. In: INÁCIO, Magna; RENNÓ, Lúcio (org.). Legislativo Brasileiro em Perspectiva Comparada. Belo Horizonte: Editora UFMG

LINZ, Juan. (1994), Presidential or Parliamentary Democracy: Does it Make a Difference? in J. J. Linz e A. Valenzuela (eds.), The Failure of Presidential Democracy: The Case of Latin America (vol. 2). Baltimore, The Johns Hopkins University Press.

LUCAS, Kevin & SAMUELS, David (2011). “A ‘coerência’ ideológica do sistema partidário brasileiro, 1990-2009”, em POWER, Timothy & ZUCCO Jr., Cesar (orgs.). O Congresso por ele mesmo: autopercepções da classe política brasileira Belo Horizonte: Editora UFMG.

LUNA, Juan Pablo e ALTMAN, David. (2011), “Uprooted but Stable: Chilean Parties and the Concept of Party System Institutionalization”. Latin American Politics and Society, vol. 53, nº2, pp. 1-28.

MCCARTY, Nolan; POOLE, Keith; ROSENTHAL, Howard (2006). Polarized America: The Dance of Ideology and Unequal Riches. Cambridge: MIT Press.

MAINWARING, Scott (1993). Presidencialism, Multipartidarism, and Democracy: The Difficult Combination. Comparative Political Studies.

MAINWARING, Scott (1997). “Multipartism, Strong Federalism, and Presidentialism in Brazil.” In Scott Mainwaring and Matthew Soberg Shugart, eds., Presidentialism and Democracy in Latin America, 55–109. New York and Cambridge: Cambridge University Press.

MAINWARING, Scott (2001). Sistemas Partidários: o caso do Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV.

MARTIN, Lanny; VANBERG, George (2011). Parliaments and Coalitions. The Role of Legislative Institutions in Multiparty Governance. Oxford University Press.

MAYHEW, David. (1974), Congress. The Electoral Connection. New Haven, Yale University Press.

MELO, Carlos Ranulfo & CÂMARA, Rafael (2012). “Estrutura da competição pela presidência e consolidação do sistema partidário no Brasil”. Dados v. 55, n. 1, p. 71-117.

MIRANDA, Geralda (2008). O comportamento dos partidos na Câmara dos Deputados e no Senado Federal (1991-2007). Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, UFMG.

NICOLAU, Jairo (2000). Disciplina partidária e base parlamentar na Câmara dos Deputados no primeiro mandato Fernando Henrique Cardoso (1995-1998). Dados, vol. 43, nº 4.

- POOLE, Keith (2005). *Spatial Models of Parliamentary Voting*. New York: Cambridge University Press.
- POOLE, Keith; ROSENTHAL, Howard (1997). *Congress: A Political-Economic History of 42 Roll Call Voting*. New York: Oxford University Press.
- POOLE, Keith; LEWIS, Jeffrey; ROSENTHAL, Howard; LO, James; CARROL, Royce (2016). Recovering a Basic Space from Issue Scales in R. *Journal of Statistical Software*, 69(7), 1-21.
- POWER, Timothy; ZUCCO, Cesar (2012) Elite Preferences in a Consolidating Democracy: The Brazilian Legislative Surveys, 1990-2009. *Latin American Politics and Society* 54(4):1-27
- PUIGI, S. & CUÉ, S. (2006). La izquierda parlamentaria em América Latina: Nuevas percepciones sobre la democracia y el mercado? In: M. Alcántara, ed. *Política e Políticos em América Latina*. Siglo XXI Editora, pp.311-342
- RENNÓ, LR; GAYLORD, SYLVIA (2013). Behind Closed Doors: Authorship of Government Legislative Proposals in Multiparty Presidential Systems. *IPSA*
- RODRIGUEZ, L. 2006. El sistema de Partidos Chileno. In: M. Alcántara e L. Rodriguez, eds. *Chile: Política y modernización democrática*. Ediciones Bellaterra, pp.73-110.
- SAMUELS, David (2003). *Ambition, Federalism and legislative politics in Brazil*. Nova York: Cambridge University Press.
- SANTOS, Rafael (2010). *Poder de Agenda e Participação Legislativa no Presidencialismo de Coalizão Brasileiro*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, USP.
- SAIEGH, Sebastian (2014). *Ruling by Statute: How Uncertainty and Vote Buying Shape Lawmaking*. New York: Cambridge University Press, 2014
- SHEPSLE, Kenneth (1978). *The Giant Jigsaw Puzzle. Democratic Committee Assignments in the Modern House*. Chicago, University of Chicago Press.
- SHEPSLE, Kenneth; WEINGAST, Barry (1987). The Institutional Foundations of Committee Power. *American Political Science Review*, Vol. 81, No. 1
- SILVA JUNIOR, José (2008). *As sementes da discórdia: Regras e exceções da indisciplina partidária*. Dissertação de Mestrado. UFPE.
- SILVA, Rafael; ARAÚJO, Suely (2010). *Apropriação da Agenda do Legislativo: Como Aferir Esse Fenômeno? Textos para Discussão, Senado Federal*, v.76.
- SILVA, Rafael; ARAÚJO, Suely (2012). *Os Agenda Holders no Congresso Nacional*. I Seminário Internacional Instituições, Comportamento Político e Geografia do Voto. Brasília.
- TSEBELIS, George (1995). Decision making in political systems: veto players in presidentialism, parliamentarism, multicameralism and multipartyism. *British Journal of Political Science*, V. 25, n. 3
- TSEBELIS, George (1997). Processo decisório em sistemas políticos: veto players no presidencialismo, parlamentarismo, multicameralismo e pluripartidarismo. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo. n. 34, vol. 12.

Zucco, Cesar (2011). A ideologia dos partidos políticos brasileiros. In: Power, T.; Zucco, C. (orgs.). O Congresso por ele mesmo: autopercepções da classe política brasileira. Belo Horizonte: Editora UFMG.

RAFAEL CÂMARA DE MELO - é doutor e mestre em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais e graduado em Ciências Sociais pela mesma instituição. Trabalha na área de Instituições Democráticas, com ênfase nos estudos sobre sistemas partidários, comportamento legislativo, Poder Executivo e mudança institucional.

ENTRE QUERER E PODER:

Ideologia e comportamento no legislativo brasileiro

- 🌐 www.atenaeditora.com.br
- ✉ contato@atenaeditora.com.br
- 📷 @atenaeditora
- 📘 www.facebook.com/atenaeditora.com.br



ENTRE QUERER E PODER:

Ideologia e comportamento no legislativo brasileiro

- 🌐 www.atenaeditora.com.br
- ✉ contato@atenaeditora.com.br
- 📷 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
- 📘 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

